



GESTÃO
AMBIENTAL
VERIFICADA
PT-000115



DECLARAÇÃO AMBIENTAL 2018

BASE AÉREA N.º5





DECLARAÇÃO AMBIENTAL 2018

Relativo ao período de 01JAN16 a 31DEZ18.

Ano de publicação: 2019



Mensagem do Comandante da Base Aérea N.º5

É com satisfação que afirmo que a Base Aérea N.º 5 está empenhada em manter a certificação EMAS (Ecomanagement and Audit Scheme) da União Europeia através de processos de melhoria contínua.

Fomos a primeira Unidade do sector da Defesa a alcançar esta certificação mas temos bem consciência que há sempre mais para fazer nesta importante área.

A certificação é parte fundamental no desenvolvimento sustentado e exige envolvimento a todos os níveis para que sejam atingidos os objetivos.

É necessária determinação e foco nos objetivos e ter uma equipa consciente e motivada para que tarefa tão complexa seja executada com sucesso.

Estamos conscientes que a nossa missão tem impacto ambiental e por isso mesmo temos promovido de forma intensa práticas e procedimentos que permitam mitigar esse impacto, permitindo que o cumprimento da nossa atividade seja cada vez mais neutra ambientalmente.

O investimento que temos feito foi já alvo de reconhecimento internacional e nacional, nomeadamente quando em 2017 ficamos nos vinte finalistas do EMAS Awards 2017 e com a conquista do 1º lugar na 24ª Edição do Prémio de Defesa Nacional e Ambiente.

A nossa vontade e compromisso com a preservação do ambiente faz-nos sonhar que mais reconhecimento virá tendo em conta os projetos que pretendemos muito em breve implementar e que nos trarão mais eficientes energeticamente.

A certificação EMAS induz-nos a responsabilidade de continuar o trabalho e sermos ambiciosos no sentido de cada vez mais executarmos melhor, nunca descurando que cada pequeno gesto é importante e que só com o empenho de todos conseguiremos ultrapassar as metas que nos propomos.

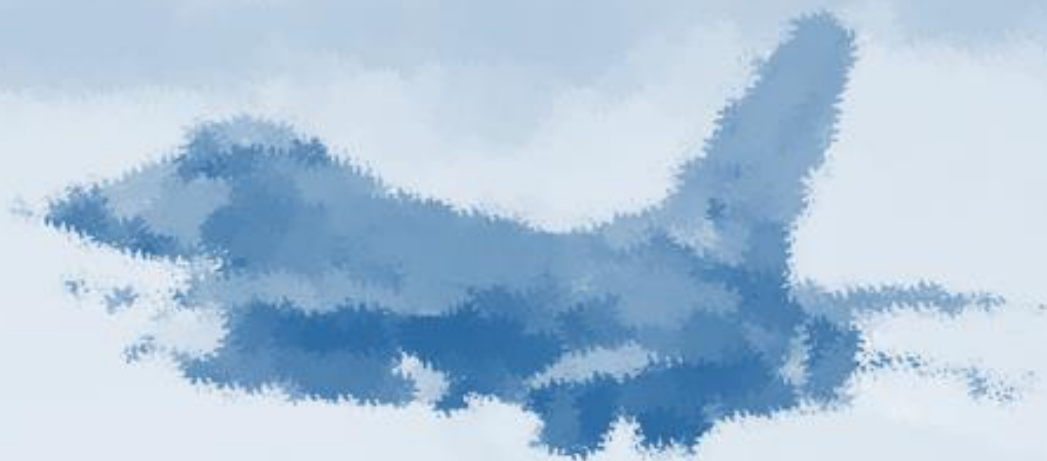
É este sentimento de equipa e desafio de melhoria contínua tão característicos da identidade da Base Aérea N.º 5 que se consubstancia no nosso lema – "Alcança quem não cansa" que procuramos cada dia ser um referencial também na área ambiental e que sublima ainda mais, o prestígio que esta Unidade tem a nível nacional e internacional.



Índice

1.		
Âmbito do Registo	1	
2.		
Apresentação	3	
2.1 Estrutura Organizacional	4	
2.2 A Base Aérea N.º 5	5	
2.3 Missão da Base Aérea N.º5	8	
2.4 O Ambiente e a Base Aérea N.º 5	9	
2.5 Estrutura Ambiental	11	
3.		
Política Ambiental	15	
4.		
Sistema de Gestão Ambiental		17
4.1. Planeamento		19
4.2. Implementação e Operação		19
4.3. Verificação		20
4.4.Revisão pela Gestão		20
5.		
Aspetos Ambientais		21
5.1. Identificação das Atividades, Produtos e Serviços		22
5.2. Identificação dos Aspetos Ambientais		22
5.3. Avaliação da Significância dos Aspetos Ambientais		22
5.4. Aspetos Ambientais Significativos		23

6.				8.		
Programa de Gestão Ambiental	27			Requisitos Legais		61
6.1. Resultados de 2018	28					
6.2. Programa de Gestão Ambiental de 2019	30					
 				9.		
7.				Partes Interessadas		65
Desempenho Ambiental	33					
7.1. Valores de Referência	34					
7.2. Indicadores Ambientais	35			10.		
7.3 Indicadores Ambientais 2018	59			Verificador Ambiental		79



1. ÂMBITO DO REGISTO

1.

Âmbito do Registo

A presente Declaração Ambiental é publicada devido ao registo da Base Aérea N.º 5 no Regulamento (CE) N.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, alterado pelo Regulamento (EU) N.º1505/2017 da Comissão Europeia, de 28 de agosto, relativo à participação voluntária de organizações no Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS).

O âmbito da certificação incidiu sobre as atividades desenvolvidas na Base Aérea N.º 5 para a produção de horas de voo, entre as quais a manutenção de aeronaves, de viaturas e equipamentos auxiliares.

Dados relacionados com consumos de combustíveis de aeronaves não constam da presente declaração, dado que a sua divulgação pode afetar negativamente a confidencialidade das informações relativas à defesa nacional.

Este registo no EMAS é assim aplicável exclusivamente na área da Unidade delimitada pelo seu perímetro e abrange todo o pessoal colocado e em trânsito na Base Aérea N.º 5. Estão excluídas todas as restantes áreas e infraestruturas pertencentes à Unidade fora do referido perímetro.

Tabela 1 – Elementos de identificação da Base Aérea N.º5

BASE AÉREA N.º 5	
NIF	600 010 686
CAE	84220 – Atividades de Defesa
MORADA	Rua da Base Aérea Serra Porto do Urso 2425-022 Monte Real
TELEFONE	244618003
FAX	244612550
E-MAIL	BA5_CMD_GABCMD@emfa.pt
SITE	www.emfa.pt
RESPONSÁVEL AMBIENTAL	Chefe do Gabinete de Qualidade e Ambiente Alferes Filipe Delgado



2. APRESENTAÇÃO

2.1

Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da Força Aérea encontra-se publicada no Decreto-Lei n.º 187/2014, de 29 de dezembro, intitulado LOFA, Lei Orgânica da Força Aérea.

Este documento define que a Força Aérea tem por missão participar, de forma integrada, na defesa militar da República, sendo vocacionada para a geração, preparação e sustentação de forças e meios da componente operacional do sistema de forças.

O Decreto-Lei indica ainda que a organização da Força Aérea rege-se pelos princípios de eficácia e racionalização, garantindo:

- A otimização da relação entre a componente operacional e a componente fixa do sistema de forças;
- A complementaridade com o Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA) e com os outros ramos;
- A correta utilização do potencial humano, militar ou civil, promovendo o pleno e adequado aproveitamento dos quadros permanentes e assegurando uma correta proporção e articulação entre as diversas formas de prestação de serviço efetivo.

O comando da Força Aérea é exercido pelo Chefe de Estado Maior da Força Aérea (CEMFA) que, para o cumprimento da missão anteriormente referida, compreende a seu cargo os seguintes órgãos:

- O Estado-Maior da Força Aérea (EMFA);
- Os órgãos centrais de administração e direção;
- O comando de componente aérea, designado por Comando Aéreo (CA);
- Os órgãos de conselho;
- O órgão de inspeção designado por Inspeção-Geral da Força Aérea (IGFA);
- Os órgãos de base;
- Os elementos da componente operacional do sistema de forças;
- Os órgãos e serviços regulados por legislação própria.

2.2

A Base Aérea N.º 5

Inaugurada a 4 de Outubro de 1959, a Base Aérea N.º 5 ocupa 482 hectares do território Nacional, estando situada na Serra Porto de Urso, localidade da Freguesia de Monte Real, concelho de Leiria.

Implantada em 1959 sobre o aquífero Vieira de Leira – Marinha Grande, sofreu várias intervenções de ampliação até atingir as dimensões atuais.

Ao longos dos seus 60 anos de história, a Base foi sempre vocacionada para a defesa aérea, tendo operado diversos meios aéreos, tais como os F-86F Sabre, Fiat G.91, T-33, T-38, A-7P Corsair II e os F-16 Fighting Falcon, aeronave que opera nos atualmente.

Trata-se de uma estrutura militar que trabalha em contínuo, 24h por dia, todos os dias do ano. No entanto, durante o período noturno apenas são realizados os serviços que garantem a prontidão dos meios e segurança da Unidade.

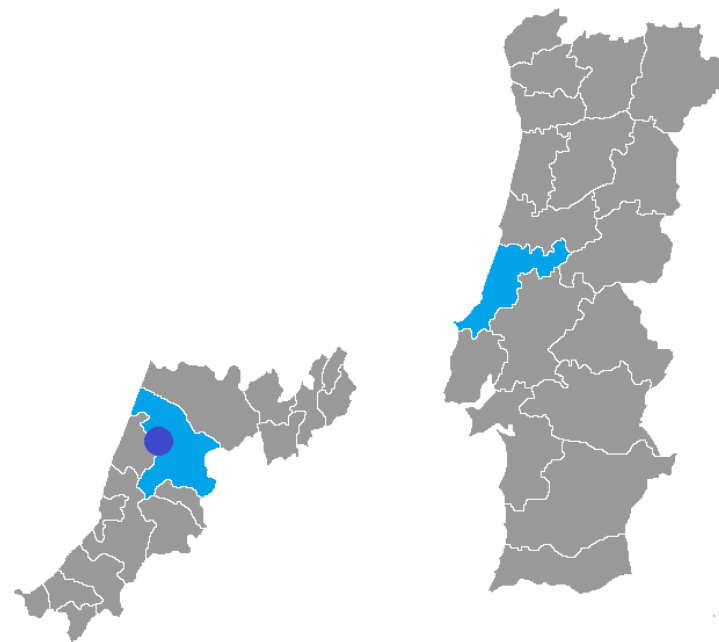


Figura 1 - Localização geográfica da Base Aérea N.º5

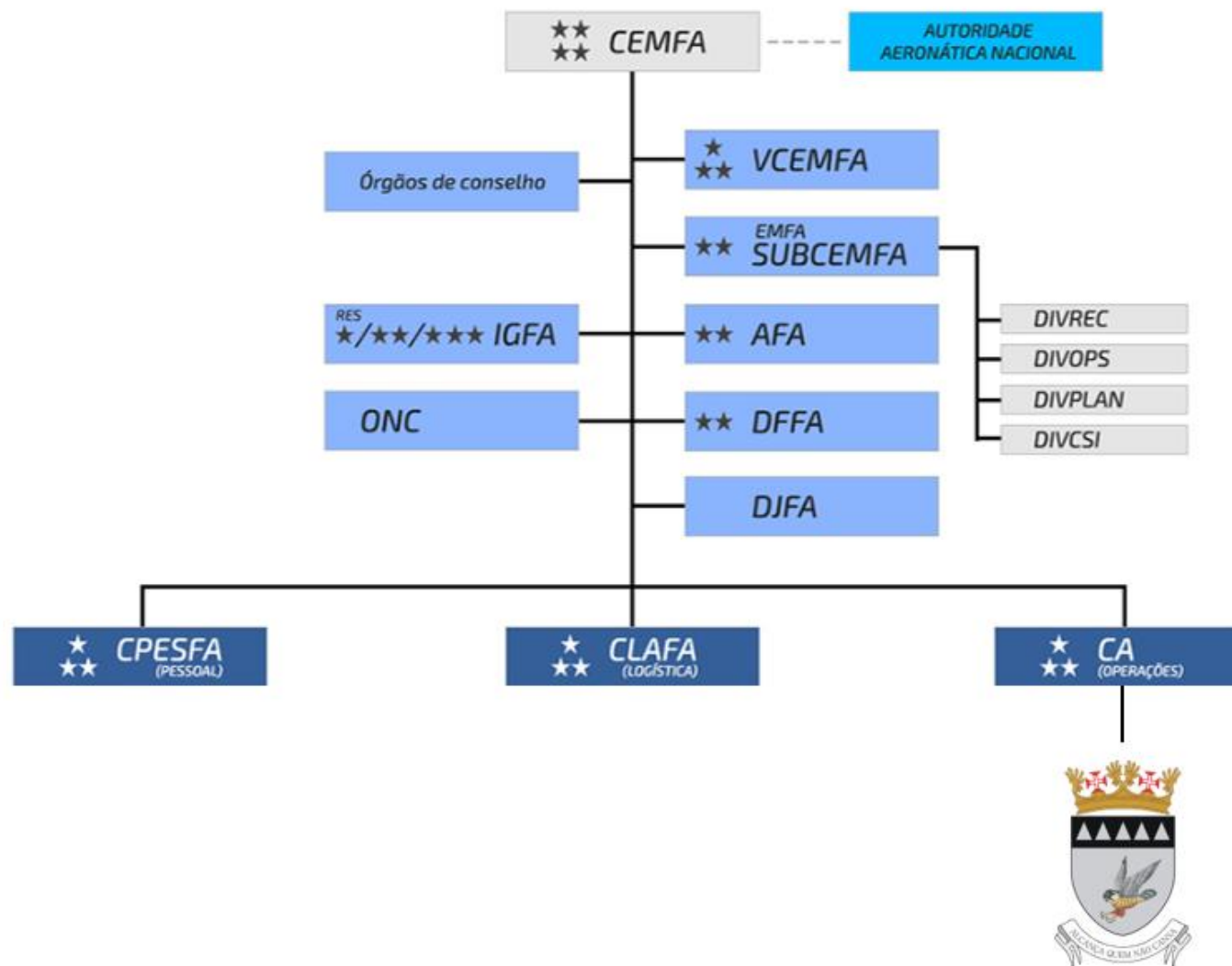


Figura 2 - Base Aérea N.º 5 na Estrutura Orgânica da Força Aérea

A Base Aérea N.º 5 encontra-se na dependência do Comando Aéreo (CA), tal como as restantes Unidades Base. O CA tem por missão apoiar o exercício do comando por parte do CEMFA, tendo em vista:

- A preparação, o aprontamento e a sustentação das forças e meios da componente operacional do sistema de forças;
- O cumprimento das missões reguladas por legislação própria e de outras missões de natureza operacional que sejam atribuídas à Força Aérea, mantendo o CEMGFA permanentemente informado das forças e meios empenhados e do desenvolvimento e resultados das respetivas operações;
- O planeamento e o comando e controlo da atividade aérea;
- A administração e direção das unidades e órgãos da componente fixa, colocados na sua direta dependência;
- O planeamento, direção e o controlo da segurança militar das unidades e órgãos da Força Aérea.



2.3

Missão da Base Aérea N.º5

Integrada na estrutura de Defesa Nacional e da North Atlantic Treaty Organization (NATO), a missão da Base Aérea N.º 5 é garantir a prontidão das Unidades Aéreas e apoio logístico e administrativo de unidades e órgãos nela sedeados, bem como a segurança interna e a defesa imediata.

Desta forma, esta Unidade contribui para a manutenção da soberania do espaço aéreo nacional, para a defesa integrada do território português, bem como para o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos por Portugal.

Para o cumprimento cabal da sua missão, a Base Aérea N.º 5 é composta por diversas infraestruturas, destacando-se a zona de aeródromo e diversos edifícios e equipamentos de apoio necessários.

Atualmente opera 20 aeronaves de caça F-16 e de mais componentes que constituem o único sistema de armas em operação.

O universo de pessoal colocado na Unidade, em 31 de dezembro de 2018, era de 703 indivíduos, entre militares e civis.

Para a sustentação e operação deste sistema de armas, desenvolvem-se vários processos de trabalho que, contribuindo direta ou indiretamente para a prontidão e operação, culminam na execução das missões de voo, prevalecendo sempre a tónica na segurança.

2.4

O Ambiente e a Base Aérea N.º 5

A 31 de outubro de 2007 o CEMFA, através do Despacho n.º102/2007, posteriormente revogado pelo Despacho CEMFA n.º49/2017 de 9 de outubro de 2017, manda publicar a Política Ambiental da Força Aérea Portuguesa onde, com a finalidade de conciliar o cumprimento da missão que lhe está atribuída com a proteção do Ambiente.

Neste documento, o CEMFA assume variados compromissos, de onde se destaca assegurar, através do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), implementado em apoio ao cumprimento da missão, a minimização dos impactes que dela resultem, contribuindo para a proteção do ambiente e do desenvolvimento sustentável, através de boas práticas ambientais.

Através do Despacho do CEMFA de 10JAN10, exarado na Informação n.º 595, de 05JAN10, da Divisão de Recursos (DIVREC), foi determinado o desencadear das ações com vista à implementação e certificação do EMAS, na Base Aérea N.º 5, obtida em Julho de 2016.

Nesse contexto, este documento constitui a primeira Declaração Ambiental à luz da primeira renovação do registo noto EMAS. Nela são fundamentalmente aprofundados os requisitos legais ambientais afetos às atividades da Base Aérea N.º 5 e o relacionamento entre os aspetos ambientais e os objetivos pretendidos, refletidos nos indicadores ambientais, que se consideraram como essenciais, praticáveis e exequíveis, em termos de monitorização de dados.

Este documento apresenta, de igual modo, as diversas atividades e iniciativas em que a Unidade esteve fortemente envolvida, no decorrer do presente ano, que permitiu criar e fortalecer sinergias com as partes interessadas, indo ao encontro das suas expectativas e necessidades.



M

19-01

2.5

Estrutura Ambiental

Para gerir o Sistema de Gestão Ambiental e aplicar os procedimentos instituídos, a Unidade dispõe duma estrutura ambiental. Estando na dependência direta do Comandante, compete ao Gabinete da Qualidade e Ambiente a gestão do Sistema de Gestão Ambiental.

Nesta estrutura, cada subunidade ou secção, dependendo da sua dimensão e importância, é representada, pelo menos, por um Delegado de Segurança em Terra & Ambiente (DST&A).

Para além destes, existem serviços que têm responsabilidades diretas em aspetos específicos e importantes, razão pela qual também fazem parte da mesma.

A fim de assegurar o funcionamento eficaz do Sistema de Gestão Ambiental da Unidade, todos estes intervenientes dispõem de meios que promovem a comunicação entre as partes.

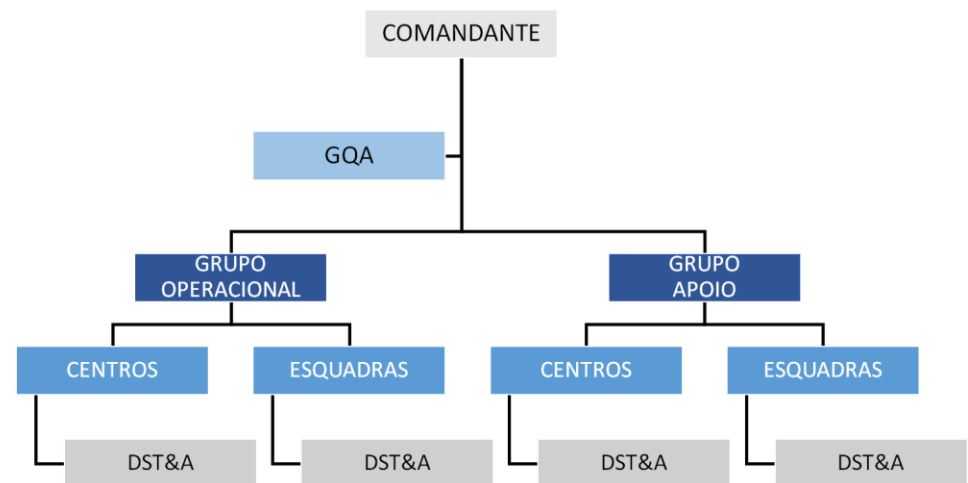


Figura 3 – Estrutura Ambiental da Base Aérea N.º5

2.5.1.

Gabinete da Qualidade e Ambiente

Na Base Aérea N.º 5, no final de 2008, é criado o Gabinete da Qualidade e Ambiente (GQA) com a missão de assegurar a implementação e funcionamento de um Sistema de Gestão Ambiental na Base, bem como o apoio direto ao Comandante em todos os assuntos no âmbito das suas competências. Ao GQA compete:

- Assegurar a melhoria contínua do SGA, com base na monitorização dos processos e na avaliação do desempenho relativamente aos objetivos definidos;
- Dar cumprimento aos requisitos do SGA implementado, à legislação aplicável, às diretivas técnicas estabelecidas e à Política Ambiental da Unidade;
- Contribuir para a utilização dos recursos disponíveis de modo eficiente e responsável;
- Planear e controlar as atividades de formação de cariz ambiental internas e externas;
- Supervisionar a monitorização da qualidade da água de consumo humano e das águas residuais;
- Gerir a floresta e monitorizar as ações de manutenção da mesma;
- Rever e atualizar os Manuais relacionados com o SGA da Unidade Base (UB), em coordenação com o EMFA e com o Comandante da Logística da Força Aérea (CLAFA);
- Coordenar internamente com outros órgãos da Unidade as ações a desenvolver no âmbito da Qualidade e Ambiente;
- Elaborar Planos de Auditorias Internas e de simulacros, promover o seu cumprimento, propondo e controlando as ações corretivas;
- Acompanhar e colaborar com as auditorias externas, promovendo a implementação das ações corretivas definidas no âmbito das mesmas;
- Elaborar documentação interna, externa e relatórios, no âmbito da Qualidade (nas partes aplicáveis) e do Ambiente;
- Promover a implementação e aplicação dos procedimentos inerentes às funções Qualidade e Ambiente;
- Gerir o PATRI 1, Parque de Armazenamento Temporário de Resíduos Industriais, e promover o encaminhamento para o exterior dos Resíduos produzidos na Unidade.

2.5.2.

Esquadra de Manutenção

A Esquadra de Manutenção (EMANUT) é responsável pela manutenção e gestão dos sistemas de abastecimento de água para consumo, de saneamento e do tratamento de águas residuais.

Além desta componente ambiental, esta Esquadra apresenta também responsabilidades na gestão e manutenção dos sistemas de aquecimento da Unidade e na manutenção e gestão das áreas florestais.

2.5.3.

Esquadra de Abastecimento

A Esquadra de Abastecimento é responsável pela gestão do PATRI 2 e pelo encaminhamento dos resíduos armazenados. O PATRI 2 recolhe equipamentos e mobiliários em fim de vida devolvidos pelos serviços da Unidade. Esta Esquadra é igualmente responsável pela gestão dos produtos químicos na Unidade, bem como de todo o material utilizados nas diversas áreas.

2.5.4.

Centro de Saúde

O Centro de Saúde (CS) da Unidade, é responsável pela monitorização e controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano, implementação do Programa de Controlo da Qualidade da Água da Unidade e realizar, semanalmente, campanhas de monitorização da rede de distribuição da Unidade, destinadas ao controlo do cloro residual livre ou do dióxido de cloro.

2.5.5.

Delegados de Segurança em Terra e Ambiente

Os DST&A dependem, para as questões ambientais, do Gabinete de Qualidade e Ambiente, com funções ambientais atribuídas ao nível das suas respectivas áreas de trabalho, tais como conhecer e dar a conhecer a Política Ambiental, organizar a documentação de trabalho, gerir os resíduos que se encontram na sua área, comunicar ao GQA incidentes, anomalias e propostas de melhoria, e manter uma colaboração estreita com o GQA em matéria de Ambiente.



An aerial photograph of a dense forest, viewed from above. The image is heavily stylized with a blue color overlay, giving it a monochromatic appearance. The tree canopy is visible as a complex pattern of light and dark blue. A solid blue horizontal band runs across the lower portion of the image, serving as a background for the text.

3. POLÍTICA AMBIENTAL

3.

Política Ambiental

Na Diretiva N.º 002/2018, da Base Aérea N.º 5, que define a atual Política Ambiental, a Unidade compromete-se a:

- a. Cumprir com a legislação ambiental, bem como com normativos e requisitos que a Força Aérea ou a Base Aérea N.º 5 subscrevam;
- b. Assegurar a revisão do SGA implementado, visando a melhoria contínua do desempenho ambiental;
- c. Contribuir para a proteção do ambiente e para o seu desenvolvimento sustentável, fixando metas e objetivos associados aos aspetos ambientais significativos;
- d. Considerar os aspetos ambientais nos processos de tomada de decisão, principalmente, nos processos de aquisições de bens, equipamentos e serviços;
- e. Considerar os aspetos ambientais nos processos de trabalho, bem como os que pode influenciar, considerando uma perspetiva de ciclo de vida;
- f. Integrar requisitos e procedimentos ambientais no planeamento e realização de exercícios e operações;
- g. Garantir a formação do pessoal com responsabilidades diretas no SGA e a sensibilização para as questões ambientais de todo o pessoal da Base;
- h. Elaborar planos de emergência, a serem colocados em prática, em caso de acidente ambiental;
- i. Envolver neste projeto todo o pessoal da Base Aérea N.º 5 e comunicar o teor desta política, bem como a evolução e resultados do SGA;
- j. Garantir a melhoria contínua na prevenção da poluição, através da redução de resíduos produzidos, bem como no consumo de recursos naturais;
- k. Promover a comunicação entre as partes interessadas e a divulgação de boas práticas no domínio da proteção ambiental.



4. SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

4.

Sistema de Gestão Ambiental

A implementação do SGA da Base Aérea N.º 5, suportado na norma de referência ISO 14001:2015 e no EMAS, constitui uma ferramenta essencial para alcançar os compromissos ambientais, através da melhoria contínua do desempenho ambiental.

Através de uma abordagem por processos, que incorpora um ciclo de melhoria contínua, o SGA é constituído pelas fases de Planeamento, Implementação e Operação, Verificação e Revisão pela Gestão, que compreendem o conjunto de procedimentos.

Estes procedimentos foram desenvolvidos de forma a controlar os Aspectos Ambientais identificados, permitindo assim a todo o pessoal que desenvolve as suas atividades, atuar eficazmente para que os objetivos ambientais propostos sejam alcançados.

A Política Ambiental, os procedimentos e outras especificações do SGA são aplicáveis a todas as instalações e actividades desenvolvidas na BA5, estando excluídas as áreas definidas no primeiro capítulo.



4.1. Planeamento

Sendo uma parte fundamental do SGA da Unidade, esta fase compreende a identificação e avaliação dos Aspetos Ambientais associados às atividades, bem como a identificação das obrigações de conformidade aplicáveis.

Tendo em vista corresponder à realidade da Unidade e ao meio em que está inserida, foi também definido um conjunto de fatores internos e externos, que afetam, que podem afetar ou que possam ser afetados pelo SGA.

Foi necessário realizar uma análise da Organização pensando nos seus processos internos, riscos e oportunidades que podem reduzir ou aumentar a eficácia do sistema, bem como pensar na relação com a comunidade externa e com as partes interessadas.

Esta informação, aliada aos risco e oportunidades determinados, assim como as questões internas e externas que influenciam ou são influenciadas pelo SGA da Unidade, resulta na definição dos objetivos e metas ambientais, que compõem o Programa de Gestão Ambiental.

4.2. Implementação e Operação

De forma a alcançar a eficácia do SGA, são desenvolvidas ações que visam prever e atribuir competências e responsabilidades a todos os militares e civis da Unidade e entidades externas, bem como promover o envolvimento de todas as partes.

Com essa finalidade foram elaborados procedimentos que salvaguardam os interesses ambientais nas diversas atividades da Unidade.

Os Procedimentos de Gestão do Sistema visam suportar todo o funcionamento do SGA, enquanto que os Procedimentos de Controlo Operacional têm como finalidade controlar os aspetos ambientais nas várias áreas da Unidade.

Dado que a comunicação entre as partes interessadas é um factor determinante para o correto funcionamento do SGA, foram implementadas as mais diversas ferramentas de comunicação interna e externa.

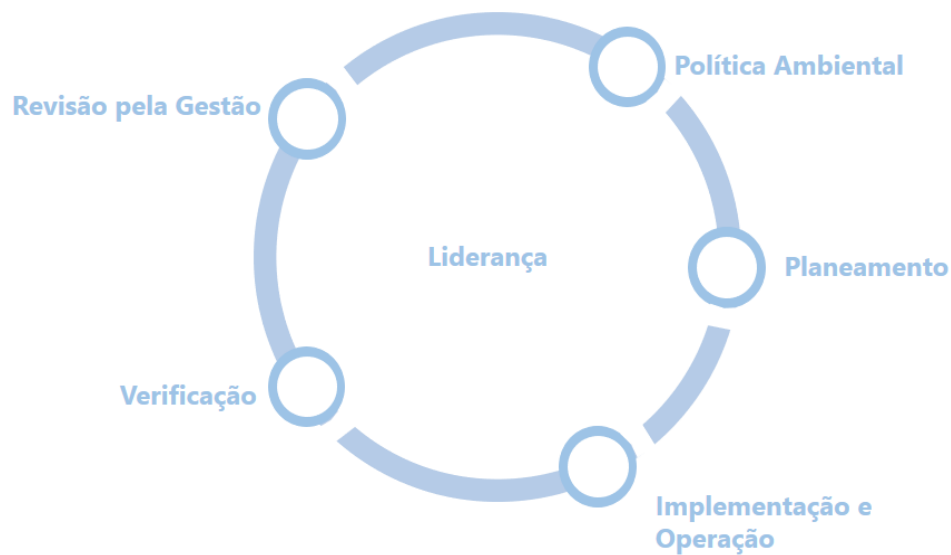


Figura 4 - Estrutura do Sistema de Gestão Ambiental

4.3. Verificação

Posteriormente à fase de planeamento e implementação do SGA, torna-se necessário verificar a conformidade com os objectivos e metas estabelecidos. A avaliação da conformidade é efetuada através de um programa de auditorias ambientais internas e externas.

Quer em contexto de auditoria, quer no decorrer das diversas atividades, podem ser identificadas não conformidades, que podem ser entendidos como desvios aos procedimentos, à política ou obrigações de conformidade, que carecem de resolução.

4.4. Revisão pela Gestão

A fim de avaliar a eficácia e pertinência do SGA, é realizada periodicamente uma reunião de revisão pela gestão de topo, permitindo efetuar um balanço da gestão ambiental a Unidade, bem como identificar oportunidades de melhoria e alterações, indo ao encontro da melhoria contínua do sistema.



5. ASPETOS AMBIENTAIS

5.1.

Identificação das Atividades, Produtos e Serviços

A Unidade realizou o levantamento inicial das atividades, produtos e serviços da Base Aérea N.º 5 abrangidos pelo SGA e que interagem com o Ambiente. Após a elaboração deste levantamento, foram analisadas as atividades de forma a apurar os aspetos ambientais relacionados.

5.2.

Identificação dos Aspetos Ambientais

Para as diversas atividades foram identificados os respetivos aspetos ambientais, tendo sido considerado quer os que estão diretamente associados às atividades, quer os que são influenciados pelo SGA, considerando uma perspetiva de ciclo de vida. Consequentemente, a Unidade procedeu à avaliação dos aspetos ambientais, com o intuito de avaliar a sua significância.

5.3.

Avaliação da Significância dos Aspetos Ambientais

A metodologia utilizada na avaliação dos aspetos ambientais consiste em caracterizar os aspetos ambientais de acordo com a situação operacional (origem do aspeto ambiental associada à natureza da atividade), a incidência (efeito provocado no meio ambiente), a classe (dependência do aspeto das atividades internas ou externas à Unidade) e a temporalidade (ocorrência do aspeto no tempo).

A classificação quanto à significância dos aspetos ambientais é obtida através da aplicação de uma fórmula, que tem em conta a situação operacional do aspeto ambiental.

Assim, através da atribuição de um valor de significância, são considerados significativos os aspetos que obtenham uma pontuação igual ou superior a 8, assim como todos aqueles que apresentem uma severidade igual a 4 pontos.

5.4.

Aspetos Ambientais Significativos

Posteriormente à avaliação realizada aos serviços e atividades desenvolvidas na Unidade, foram definidos os aspectos ambientais significativos, explanados no quadro das páginas seguintes.

A BA5 identificou e avaliou os aspectos ambientais das suas atividades, produtos e serviços que pode controlar ou influenciar, considerando uma perspectiva de ciclo de vida.

A BA5 pode exercer a sua influência sobre estes aspectos, tomando medidas para notificar as partes externas que adotem estratégias de mitigação em relação aos aspectos ambientais que possam ser atenuados na origem.

É importante referir que da análise da significância dos aspectos ambientais indiretos, não resultou a identificação de aspectos ambientais significativo.



Tabela 2 – Aspectos Ambientais Significativos da Base Aérea N.º5

ASPETOS AMBIENTAIS	PRINCIPAIS ATIVIDADES	IMPACTES AMBIENTAIS	METODOLOGIAS DE GESTÃO	INCIDÊNCIA
Consumo de Água	<ul style="list-style-type: none"> · Confeção alimentar e alojamentos · Manutenção e lavagem de aeronaves, equipamentos, viaturas e infraestruturas · Trabalhos laboratoriais e lavagem vestuário · Treino de combate a incêndios 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos naturais · Inerentes ao processo de tratamento · Inerentes à distribuição 	<ul style="list-style-type: none"> · Ações de sensibilização · Interdição da Rega · Aproveitamento de águas da chuva para lavagem dos canis 	—
Produção de Água Residual	<ul style="list-style-type: none"> · Manutenção e lavagem de aeronaves, equipamentos e viaturas · Confeção alimentar · Alojamentos e habitações · Instalações sanitárias 	<ul style="list-style-type: none"> · Contaminação do solo · Contaminação de recursos hídricos · Inerentes ao tratamento · Associado aos Separadores de Hidrocarbonetos e Gorduras · Inerentes ao transporte de águas residuais 	<ul style="list-style-type: none"> · Separadores de hidrocarbonetos e de gorduras nos locais de produção de águas residuais suscetíveis de incapacitar a ETAR da Unidade · Tratamento das águas residuais na ETAR da Unidade 	—
Consumo de Energia Elétrica	<ul style="list-style-type: none"> · Iluminação pública · Alojamentos e habitações · Utilização de Equipamentos Elétricos 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos naturais · Indiretos da produção de energia · Inerentes à extração dos recursos naturais · Poluição Atmosférica 	<ul style="list-style-type: none"> · Ações de Sensibilização · Redução da iluminação pública · Iluminação setorial nos hangares 	—
Produção de Energia Renovável	<ul style="list-style-type: none"> · Iluminação do posto de abastecimento de combustível · Aquecimento de águas sanitárias 	<ul style="list-style-type: none"> · Diminuição do consumo de recursos naturais 	·	+
Consumo de Diesel	<ul style="list-style-type: none"> · Transporte de Recursos Humanos e Materiais · Manutenção e lavagem de aeronaves · Manutenção de Infraestruturas · Funcionamento de viaturas e equipamentos auxiliares 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de combustíveis fósseis · Inerentes à extração, produção e transporte combustível · Poluição Atmosférica · Associado a situações de emergência 	<ul style="list-style-type: none"> · Otimização dos percursos · Conciliação das necessidades de transporte 	—
Consumo de Gás	<ul style="list-style-type: none"> · Aquecimento de Instalações · Confeção alimentar 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos naturais · Inerente à produção, manutenção e fornecimento de produtos/equipamentos 	<ul style="list-style-type: none"> · Otimização dos sistemas de aquecimento, das temperaturas e dos horários 	—
Consumo de Papel	<ul style="list-style-type: none"> · Serviços administrativos 	<ul style="list-style-type: none"> · Inerentes à produção e fornecimento do recurso · Associados à produção, recolha e tratamento do resíduo 	<ul style="list-style-type: none"> · Utilização preferencial de documentação digital · Impressão frente e verso 	—

ASPETOS AMBIENTAIS	PRINCIPAIS ATIVIDADES	IMPACTES AMBIENTAIS	METODOLOGIAS DE GESTÃO	INCIDÊNCIA
Consumo de Combustível (JP8)	<ul style="list-style-type: none"> · Atividade Aérea · Manutenção de aeronaves 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos naturais · Inerentes à extração, produção e transporte combustível · Associado a situações de emergência 	<ul style="list-style-type: none"> · Utilização dos recursos exclusivamente para fins Militares 	■
Consumo de Produtos Químicos	<ul style="list-style-type: none"> · Manutenção de viaturas e equipamentos · Manutenção de aeronaves 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos naturais · Inerentes à produção e fornecimento · Emissões atmosféricas · Inerentes à recolha e tratamento dos resíduos · Associado a situações de emergência 	<ul style="list-style-type: none"> · Utilização dos recursos exclusivamente para fins oficiais · Racionalização na utilização dos produtos químicos 	■
Produção de óleos usados	<ul style="list-style-type: none"> · Confeção alimentar (OAU) · Trabalhos laboratoriais · Manutenção de viaturas e equipamentos · Manutenção de aeronaves 	<ul style="list-style-type: none"> · Contaminação do solo e de recursos hídricos · Inerentes ao processo de produção e fornecimento · Inerentes à sua utilização · Associados ao armazenamento de óleos usados · Inerentes à recolha e valorização do resíduo 	<ul style="list-style-type: none"> · Condições adequadas ao armazenamento temporário dos resíduos nos serviços · Encaminhamento dos resíduos para operadores licenciados 	■
Produção de Resíduos Hospitalares	<ul style="list-style-type: none"> · Serviços de saúde 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos · Provenientes de situações anómalas · Inerentes ao processo de produção e fornecimento e tratamento dos resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> · Condições adequadas à segregação · Encaminhamento dos resíduos para operadores licenciados 	■
Produção de Resíduos Perigosos	<ul style="list-style-type: none"> · Manutenção de viaturas e equipamentos · Manutenção de aeronaves · Limpeza de instalações, equipamentos e viaturas 	<ul style="list-style-type: none"> · Consumo de recursos · Inerentes à recolha e tratamento dos resíduos · Associados ao armazenamento temporário 	<ul style="list-style-type: none"> · Condições adequadas ao armazenamento temporário dos resíduos nos serviços · Encaminhamento dos resíduos para operadores licenciados 	■
Emissão de Ruído	<ul style="list-style-type: none"> · Atividade Aérea · Manutenção de aeronaves 	<ul style="list-style-type: none"> · Poluição Sonora 	<ul style="list-style-type: none"> · Medidas mitigadoras 	■
Emissões Gasosas	<ul style="list-style-type: none"> · Trabalhos laboratoriais · Aquecimento de águas sanitárias e climatização de instalações · Atividade Aérea · Manutenção de aeronaves 	<ul style="list-style-type: none"> · Poluição atmosférica · Efeito de estufa 	<ul style="list-style-type: none"> · Monitorização dos gases provenientes de caldeiras atividades que utilizem COV · Inspeções periódicas a todos os veículos 	■





6. PROGRAMA DE GESTÃO AMBIENTAL

6.1.

Resultados de 2018

Em janeiro de 2018 foi proposto e aprovado pelo Comandante da Unidade, o Programa de Gestão Ambiental (PGA) para o referido ano.

Ao analisar a informação disponibilizada na tabela, verifica-se que parte dos objetivos propostos no último ano, três dos oito objetivos estipulados, não foi totalmente cumprida, sendo que, por outro lado, apenas um dos objetivos para 2018 não apresentou qualquer ação desenvolvida.

Como se pode verificar, os objetivos abrangem diferentes domínios, tais como consumo de água, gestão de resíduos, gestão florestal, ações de sensibilização, formação, entre outros, e foram estabelecidos tendo em conta os aspetos ambientais mais significativos da Unidade, visando a melhoria contínua do SGA.

Uma vez que os objetivos e as metas apresentam diferentes graus de complexidade e, por vezes, não dependem apenas da Unidade, nem sempre é fácil o cumprimento dos mesmos.

Caso disso são os objetivos que carecem de financiamento externo à Unidade que, por sua vez, dependem da abertura de fundos comunitários.

Por outro lado, dado que alguns dos objetivos traçados são da responsabilidade de outras entidades, internas e externas à Unidade, a sua execução não depende do Gabinete da Qualidade e Ambiente, tornando-a, por seu turno, mais difícil.

Exemplo disso foi a não realização do Curso de Gestão Ambiental, a cargo da Direção de Engenharia e Programas, bem como dos simulacros, que são da responsabilidade do Gabinete de Prevenção de Acidentes.

É importante ainda referir que, devido a algumas circunstâncias adversas, tais como a tempestado Leslie, que atingiu a zona centro do país no mês de Outubro, também influenciou o desempenho ambiental da Unidade, fruto dos danos causados nas infraestruturas e na área florestal da Unidade.

Tabela 3 – Cumprimento do Programa de Gestão Ambiental 2018

Nº	OBJETIVO	META	PRAZO	TAXA EXECUÇÃO
1	Promover a formação e a sensibilização ambiental do pessoal da Unidade	Prevenir os impactes ambientais resultantes de más práticas ambientais	SET18	Objetivo não cumprido Não foi realizado o Curso de Gestão Ambiental (ministrado pela DEP)
			DEZ18	Taxa de Execução: 89% Realizadas 8 das 9 Ações de Sensibilização estipuladas.
2	Melhorar a gestão do parque florestal	Reflorestação de 20% da floresta	MAI18	Taxa de Execução: 100% Plantação de 36ha com pinheiro manso e bravo
		Valorizar 100% os resíduos florestais	DEZ18	Taxa de Execução: 100% Todos os resíduos florestais, produzidos pelos trabalhos relativos à área ardida e tempestade Leslie, foram encaminhados para valorização (estilha) pela a firma MadeirasAfonso;
		Renovar 3% área florestal envelhecida	NOV18	Taxa de Execução: 50% Na zona nordeste foram plantados 2,5 ha de pinheiro manso (cerca de 2%); Devido a imprevistos (Incêndios 2017, tempestade Leslie 2018), o PGF foi alterado;
3	Melhorar a resposta a ocorrências ambientais decorrentes de situações de emergência	Realização de 3 demonstrações ou simulacros, em colaboração com o GPA	2018	Objetivo não cumprido O GPA, órgão responsável por realizar os simulacros, não seguiu o plano previsto para 2018;
4	Melhorar a qualidade e a eficiência do consumo da água	Diminuir 5% do consumo de água na Unidade face a 2017	2018	Taxa de Execução: 100% Redução de 45% do consumo da água face a 2017
5	Melhorar a eficiência energética	Reduzir 2% do consumo de energia elétrica face a 2017	2018	Taxa de Execução: 100% Redução de 3% do consumo da energia elétrica face a 2017
		Diminuir 2% do consumo de gás na Unidade face a 2017	2018	Taxa de Execução: 100% Redução de 5% do consumo de gás natural face a 2017
		Aumentar a utilização das energias renováveis	MAI18	Taxa de Execução: 100%. Elaboração de Estudo e Orçamento pela firma <i>TemplarLuz</i> ; Elaboração de Informação para justificar investimento; Caderno de Encargos em elaboração.
6	Reforçar a aposta na Melhoria Contínua do SGA	Implementar 5 ações de melhoria na Unidade	2018	Taxa de Execução: 100%. Implementadas mais de 5 ações de melhoria na Unidade
7	Melhorar o relacionamento com as Partes Interessadas	Obter uma média igual ou superior a 7 (escala de 1 a 10) nos questionários de avaliação do SGA	2018	Taxa Cumprimento: 100% Resultado de 9,4 nos questionários de avaliação
8	Divulgar a evolução ambiental da Unidade	Promover as boas práticas ambientais nos ramos das Forças Armadas	MAI18	Taxa de Execução: 100%. Participação nas Jornadas Ambiente IPL, com o tema “Economia circular na BA5”; Participação nas Jornadas do Ambiente da Força Aérea Portuguesa;

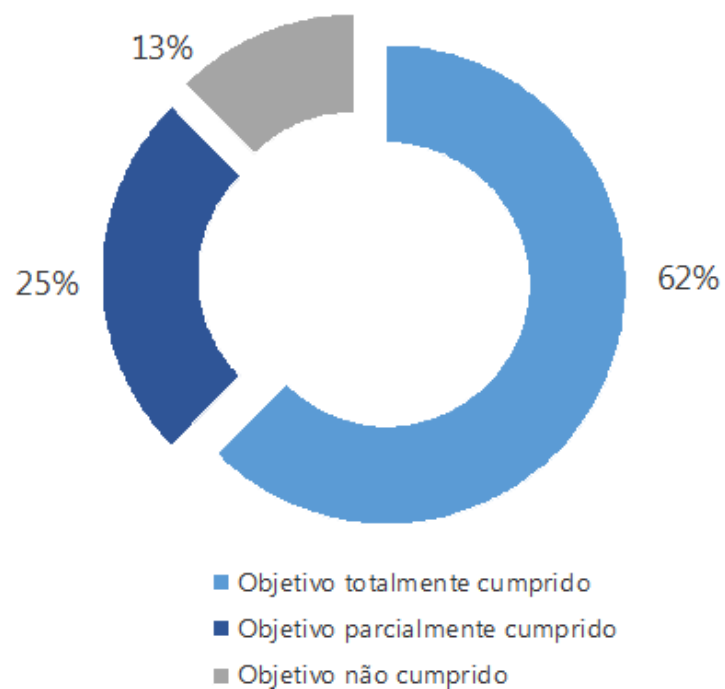


Figura 5 – Taxas de execução do Programa de Gestão Ambiental 2018

6.2. Programa de Gestão Ambiental de 2019

Para 2019, com base nos programas anteriores, foram determinados novos objetivos, que visam adequar as metas anteriores à atual realidade da Unidade, bem como manter a aposta numa política de melhoria contínua do SGA.

Contudo, à semelhança dos anos anteriores, os prazos previstos para a execução de cada um dos objetivos estipulados podem ser reajustados, em consequência do controlo e revisão do programa, efetuado e apresentado à gestão de topo semestralmente

O Programa de Gestão Ambiental (PGA) traçado para 2019, compreende os objetivos e metas que constam nas próximas páginas.

Tabela 4 – Programa de Gestão Ambiental 2019

OBJETIVO	ASPETO AMBIENTAL	RISCOS E OPORTUNIDADES	REQUISITOS DAS PARTES INTERESSADAS	META	AÇÃO	PRAZO
Promover a formação e a sensibilização ambiental do pessoal da Unidade	Todos os Aspetos Ambientais	Rotatividade do pessoal	Necessidades de formação dos militares e civis	Prevenir os impactes ambientais resultantes de más práticas ambientais	-Propor dois DSTA para o Curso de Gestão Ambiental (CGA) -Realizar pelo menos 7 Ações de Sensibilização junto do pessoal da Unidade	2019
Melhorar a gestão do parque florestal	Gestão de Resíduos	Conservação da Biodiversidade	Cumprimento do PGF	Valorizar 100% dos resíduos florestais	-Recolher e armazenar temporariamente os diversos resíduos florestais e encaminhá-los para valorização ou fertilizante (estilha);	2019
	Biodiversidade	Prevenção de Incêndios	Assegurar a limpeza e manutenção da área florestal	Desmatção de 10% da área florestal	Através do Plano de Gestão Florestal (PGF) promover a substituição gradual do pinhal envelhecido (Pinheiro Bravo por Pinheiro Manso).	2019
	Manutenção dos Espaços Verdes		Sustentabilidade Ambiental			
	Fauna e Flora	Prevenção de Incêndios	Cumprimento do PGF	Renovar 2% da área florestal (parte envelhecida)		2019
Melhorar a resposta a ocorrências ambientais decorrentes de situações de emergência	Derrames de substâncias perigosas	Proteção dos solos	Capacidade de resposta a emergências dos militares e civis	Realização de 1 demonstrações ou simulacros, em colaboração com o GPA	- Prever esta meta de simulacros no Planeamento de Simulacros de 2018.	2019
Melhorar a qualidade e a eficiência do consumo da água	Consumo de Água	Impactes inerentes ao Consumo de Água	Fornecimento de água em quantidade e qualidade	Diminuir 2% do Indicador do consumo de água da Unidade	- Sensibilizar o pessoal para comunicar fugas de água. Divulgar contactos das entidades responsáveis. - Sensibilizar pessoal para a racionalização e evitar desperdícios.	2019

OBJETIVO	ASPETO AMBIENTAL	RISCOS E OPORTUNIDADES	REQUISITOS DAS PARTES INTERESSADAS	META	AÇÃO	PRAZO
Melhorar a eficiência energética	Consumo de Energia Elétrica	Redução de custos para a Unidade	Redução de custos para a Unidade Redução dos efeitos de estufa	Reduzir 2% do Indicador do consumo de energia elétrica	- Ações de sensibilização para uma gestão racional da energia. - Divulgar consumos trimestralmente no portal interno.	2019
	Consumo de Gás	Redução de custos para a Unidade	Redução de custos para a Unidade;	Diminuir 2% do Indicador do consumo de gás na Unidade	- Ações de sensibilização para uma gestão racional da energia. - Divulgar consumos trimestralmente no portal interno.	2019
	Produção de Energias Renováveis	Aposta em fontes de energia mais limpas; Redução de custos para a Unidade;	Redução de custos para a Unidade;	Aumentar a utilização das energias renováveis	- Implementação do Projeto de Aquisição de Painéis Fotovoltaicos; - Aquisição de carregadores para veículos elétricos;	2019
Melhorar relacionamento com as Partes Interessadas	Todos os Aspectos Ambientais	Contribuição para a melhoria do desempenho ambiental	Comunicação com as Partes Interessadas	Obter uma média igual ou superior a 7 (escala de 1 a 10) nos questionários de avaliação do SGA	- Realizar questionários de avaliação das atividades do GQA junto das Partes Interessadas (militares e civis da BA5 e organizações externas)	2019
Divulgar a evolução ambiental da Unidade	Todos os Aspectos Ambientais	Dar a conhecer o SGA da Unidade	Incentivar à replicação das boas práticas ambientais	Promover as boas práticas ambientais e dar a conhecer o SGA da Unidade	- Participar em pelo menos uma conferência externa à Unidade	2019



7. DESEMPENHO AMBIENTAL

7.1.

Valores de Referência

Os Indicadores Ambientais são analisados segundo a sua relação com um valor de referência, que representa a atividade da Organização, de forma a permitir a análise e avaliação temporal dos mesmos.

Os valores de referência, varia consoante o Indicador Ambiental em questão, uma vez que o comportamento deste, num dado intervalo de tempo, pode ser influenciado por fatores distintos.

Desta forma, e tentando estabelecer métodos de análise mais realistas e adequadas à atividade da Base Aérea, definiu-se que os valores de referência seriam o número médio de indivíduos a trabalhar na BA5, ou seja, o número médio anual dos efetivos da base (militares e civis), dos militares de outras origens, destacados na Unidade por razões de exercícios ou outras, bem como o número total de horas de trabalho ligadas à área manutenção.

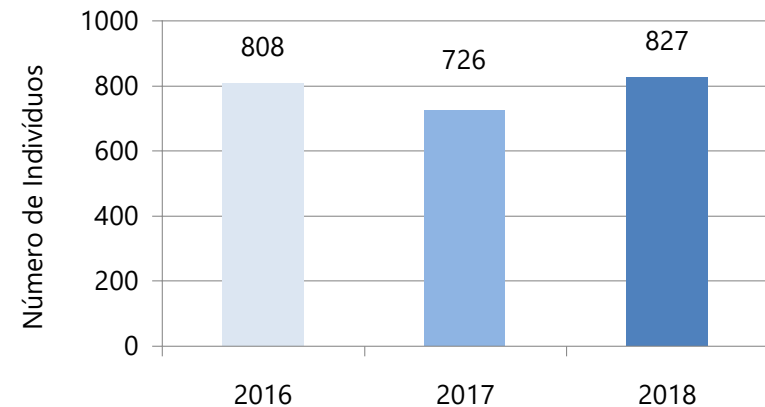


Gráfico 1 – Número médio de indivíduos na BA5

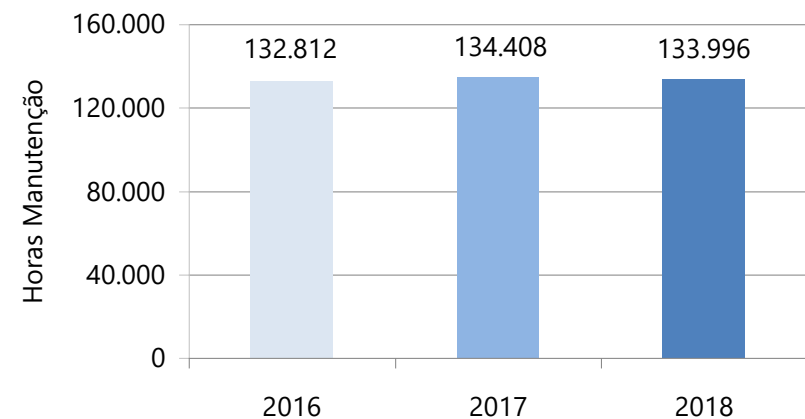


Gráfico 2 – Horas relativas à atividade de manutenção

7.2.

Indicadores Ambientais

A fim de assegurar um controlo aproximado à evolução do desempenho ambiental da Unidade, estabeleceu-se um conjunto de parâmetros mensuráveis, designados por fatores de entrada (Tabela 2).

Estes fatores correspondem aos descritores a avaliar, representando, normalmente, consumos e emissões relacionados com a atividade da Unidade.

Os indicadores ambientais fornecem, desta forma, uma avaliação rigorosa do desempenho ambiental da Unidade, tendo um contributo essencial na tomada de decisão ao nível da gestão dos aspetos e impactes ambientais, através da influência nas atividades desenvolvidas.

Por fim, o valor dos indicadores ambientais resulta do rácio entre os fatores de entrada (valor A) e o valor de referência (valor B) que, tal como foi frisado no capítulo anterior, pode ser compreendido como o número total de indivíduos na Unidade ou o número de horas associadas à manutenção.

Tabela 5 – Indicadores Ambientais da Base Aérea N.º5

DESCRIPTOR	FATORES DE ENTRADA (VALOR A)	VALORES DE REFERÊNCIA (VALOR B)	UNIDADE
Energia	Energia Elétrica Consumida	Horas de Manutenção	kWh _{EEC} / Hmanut
	Diesel Consumido	Número de Indivíduos	L _D / N°indivíduos
	Gasolina Consumida	Número de Indivíduos	L _G / N°indivíduos
	GPL Consumido	Número de Indivíduos	m ³ _{GPL} / N°indivíduos
	Gás natural Consumido	Horas de Manutenção	m ³ _{GN} / Hmanut
Água	Água Consumida	Horas de Manutenção	m ³ _{AC} / Hmanut
	Água Residual Tratada	Número de Indivíduos	m ³ _{AR} / N°indivíduos
Resíduos	Resíduos Sólidos Urbanos	Horas de Manutenção	Kg _R / Hmanut
	Outros Resíduos	Horas de Manutenção	Kg _R / Hmanut
	Valorização de Resíduos	Resíduos Produzidos	%
Materiais	Papel Consumido	Número de Indivíduos	Kg _P / N°indivíduos
	Consumíveis de Impressão	Horas de Manutenção	Unidade/ N°indivíduos
	Produtos Químicos	Horas de Manutenção	L/Hmanut
	Material Têxtil	Número de Indivíduos	Kg/ N°indivíduos
Emissões	Emissão Total de GEE	Número de Indivíduos	KgCO ₂ eq / N°indivíduos
Utilização do Solo	Zona Orientada para Natureza	Área Total da Unidade	%

7.2.1. Energia

A energia consumida pela Unidade ao somatório dos consumos de eletricidade, combustíveis fósseis e energias renováveis. Os tipos de energia utilizados são energia elétrica, gás natural, gás propano, diesel, gasolina e JP8, sendo que, este último, tal como referido anteriormente, dado que é utilizado nas aeronaves e que, por sua vez, é matéria confidencial, encontra-se fora do âmbito do SGA.

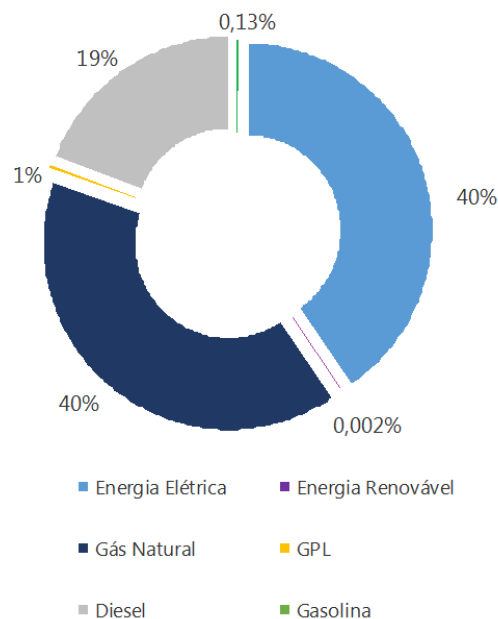


Gráfico 3 – Energia total consumida

7.2.1.1. Consumo de Energia elétrica

A energia elétrica consumida pela Unidade é maioritariamente fornecida por uma entidade externa, sendo que, em casos pontuais, uma pequena fração possa ser obtida através de geradores a diesel.

O consumo de energia elétrica encontra-se associado ao volume de atividade operacional, que corresponde às horas de voo, bem como aos serviços de manutenção e inspeção de aeronaves.

Em 2018, para além da diminuição dos valores anuais do consumo de energia elétrica, verificou-se igualmente um decréscimo do indicador ambiental, na ordem dos 2%, ainda que, dados os compromissos internacionais, tenham decorrido na Unidade os destacamentos *Winter Hide*, que envolveu mais de 600 militares dinamarqueses, e a *U.S. Navy Passex Exercise*, que compreendeu um universo de 160 militares norte americanos.

Estes resultados devem-se essencialmente à aposta em medidas que visam reduzir estes consumos, como campanhas de sensibilização, a redução de da iluminação dos arruamentos e a iluminação sectorial dos hangares de manutenção.

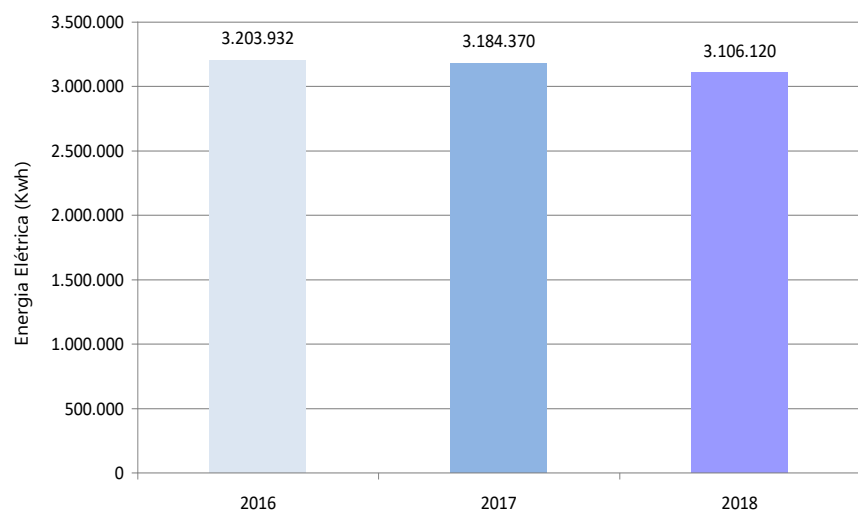


Gráfico 4 – Consumo anual de energia elétrica

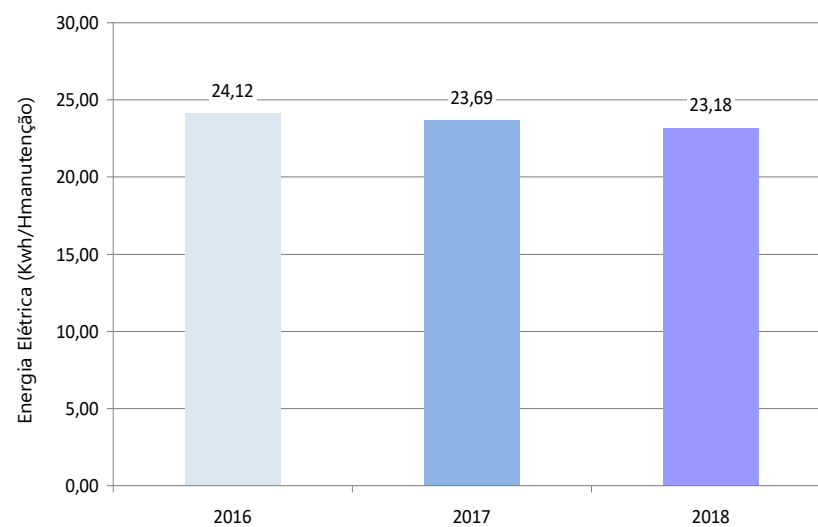


Gráfico 5 – Consumo anual de energia elétrica por horas de manutenção

7.2.1.2.

Produção de Energia Renovável

Atualmente encontram-se instalados na Unidade dois equipamentos de produção de energia a partir de fontes renováveis, nomeadamente painéis solares fotovoltaicos e um conjunto de painéis solares térmicos.

O painel solar fotovoltaico encontra-se instalado desde o início de 2012 no parque de estacionamento das viaturas de abastecimento de combustível, com o propósito de alimentar a iluminação desse local.

O segundo equipamento encontra-se junto ao alojamento de sargentos N.º 2 e é utilizado na produção de águas quentes sanitárias para os alojamentos.

Durante a colocação deste equipamento não foi contemplado a instalação de um contador, pelo que não é possível a contabilização da energia produzida e desta forma refletir o seu contributo neste descritor, pelo que não será contemplado na análise.

Assim, existindo apenas um único equipamento de produção de energia passível de ser contabilizado, constatou-se que apenas 180kWh por ano são produzidos na Unidade através de energia renovável.

Atendendo aos consumos de energia da Unidade este valor representa menos de 0,02% da energia total consumida, sendo por isso considerado desprezível.

Este facto não diminui a importância atribuída a este indicador, dado que no presente ano se concretizou o projeto de instalação de cinco postos de carregamento de veículos elétricos, havendo em perspetiva outros projetos desta natureza, nomeadamente a instalação de painéis solares fotovoltaicos para produção de energia para a Unidade, de potencia considerável.

7.2.1.3.

Consumo de Diesel

Os consumos de diesel na Unidade estão relacionados com a utilização dos veículos terrestres, dos equipamentos com motor de combustão, sendo que a maioria deste consumo provém das deslocações dos veículos terrestres.

À semelhança dos outros indicadores, o consumo anual de diesel encontra-se relacionado com o número de indivíduos presentes na Unidade, sendo compreensível que nos períodos de maior afluência se verifiquem maiores consumos deste recurso.

O aumento do consumo anual de diesel, que corresponde a valores na ordem dos 13% face aos valores de 2017, não coloca em causa a aposta na utilização eficiente dos veículos, dentro e fora da Unidade, pelo facto de ter sido obtido num ano em que houve um grande volume de atividade operacional, associados a destacamentos de militares estrangeiros.

Prova disso é a diminuição do indicador de diesel, que ao contemplar o número de indivíduos presentes na Unidade, reflete o desempenho positivo nesta matéria.

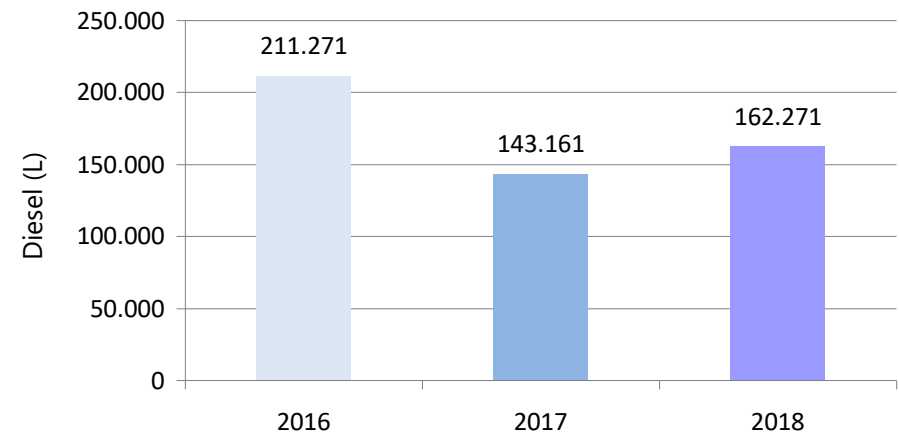


Gráfico 6 - Consumo anual de diesel

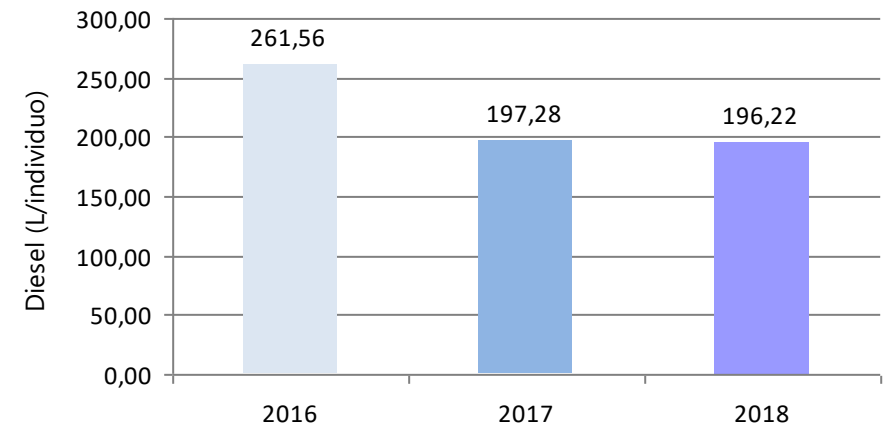


Gráfico 7 – Consumo anual de diesel por indivíduo

7.2.1.4.

Consumo de Gasolina

São poucos os equipamentos da Unidade que consomem gasolina. Essencialmente são aparelhos de manutenção, em especial de espaços verdes, tais como roçadoras, motosserras, sopradores e corta relvas.

Neste domínio verificou-se uma redução significativa face a 2017. Contudo, dada a quantidade anual consumida, este torna-se mais sensível a variações e acusa, com maior veemência, o volume de trabalhos realizados na área de manutenção dos espaços verdes. Assim, um ano em que se realize um menor número de trabalhos resulta, posteriormente, num menor consumo de gasolina.

Ainda que, em 2018, a Unidade tenha sofrido consequências fruto da tempestade *Leslie*, que derrubou cerca de 500 pinheiros da área florestal, visto que os trabalhos de corte e limpeza foram adjudicados a uma empresa externa, estes não se refletem nos consumos deste recurso.

Mesmo os trabalhos realizados motivados pelos efeitos dos incêndios de outubro de 2017, por terem sido adjudicados, também não influenciaram o desempenho deste indicador.

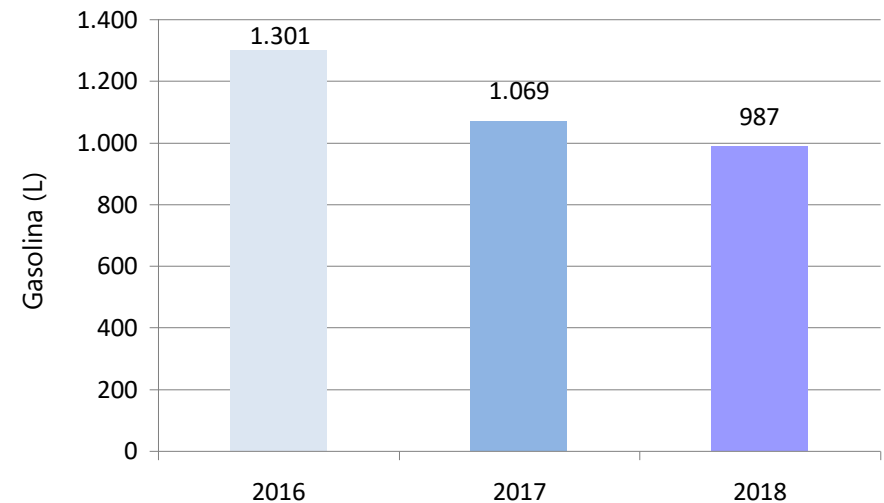


Gráfico 8 - Consumo anual de gasolina

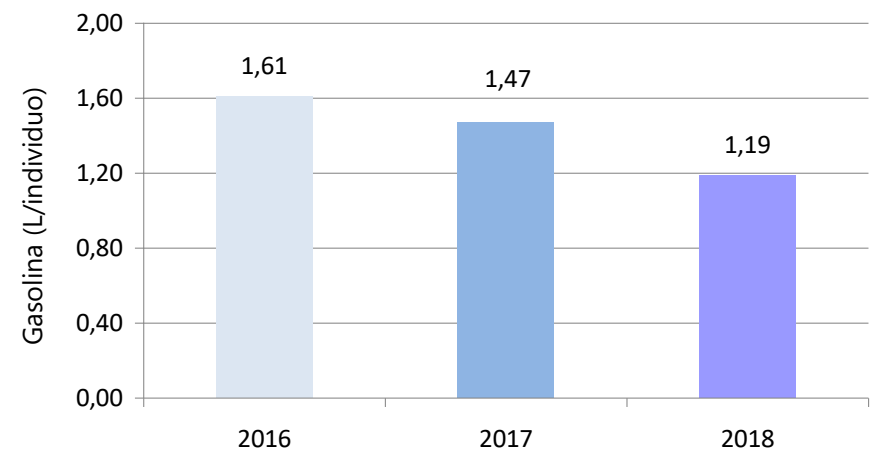


Gráfico 9 – Consumo anual de gasolina por indivíduo

7.2.1.5.

Consumo de Gás Natural

O gás natural consumido na Unidade é essencialmente para o aquecimento de águas sanitárias, aquecimento de edifícios, produção de vapor e confeção de alimentos.

Os consumos ocorrem em centrais de aquecimento, distribuídas pela Unidade, e numa central de vapor. Este indicador, à semelhança dos outros aqui descritos, encontra-se estreitamente associado ao número de pessoas presentes na Unidade e às horas associadas à manutenção, mas também às temperaturas médias registadas.

Desta forma, aliado ao facto de se ter verificado o aumento do número de indivíduos alojados na BA5 e de militares em destacamento, bem como ao facto das temperaturas médias mensais, no inverno, terem sido mais baixas que no ano anterior, ainda que se tenham adotadas algumas medidas de redução do consumo deste recurso, verificou-se um ligeiro aumento.

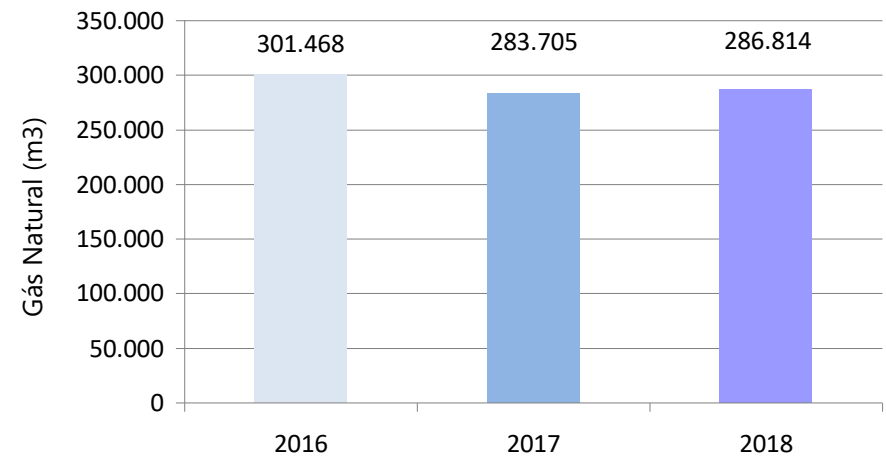


Gráfico 10 - Consumo anual de gás natural

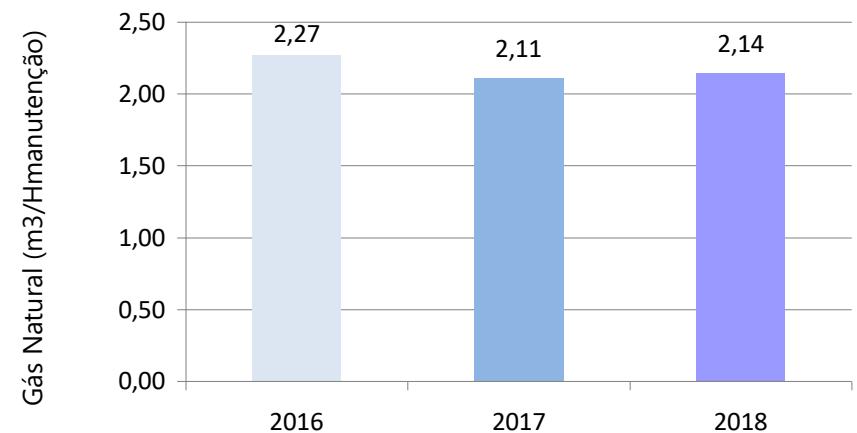


Gráfico 11 – Consumo anual de gás natural por horas de manutenção

7.2.1.6.

Consumo de GPL

Na Unidade existem também algumas centrais de aquecimento a GPL, nomeadamente em 4 das 16 centrais de aquecimento existentes para AQS e aquecimento dos edifícios.

Apresentando um comportamento, em parte, semelhante ao gás natural, os consumos de GPL obtiveram, em 2018, valores mais altos, face aos consumos de 2017.

À imagem do que se constata com o gás natural, os consumos de GPL estão relacionados não só com o número de indivíduos alojados na Unidade, mas também com a variação das temperaturas médias mensais.

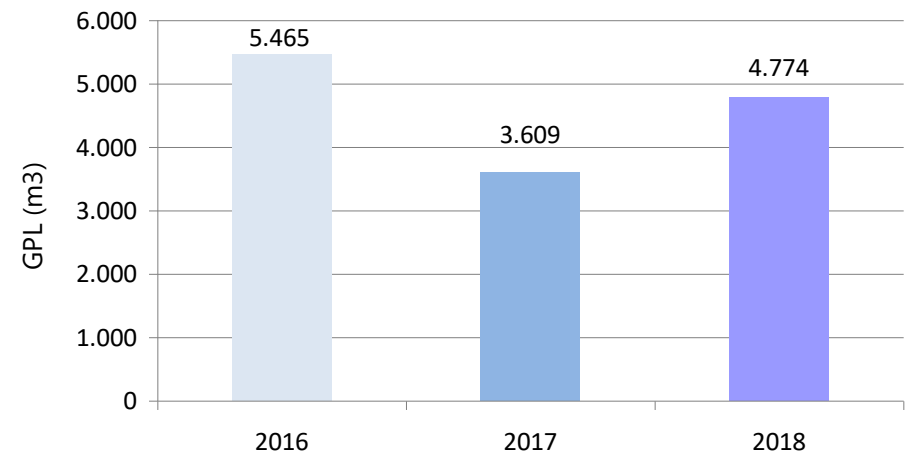


Gráfico 12 – Consumo anual de GPL

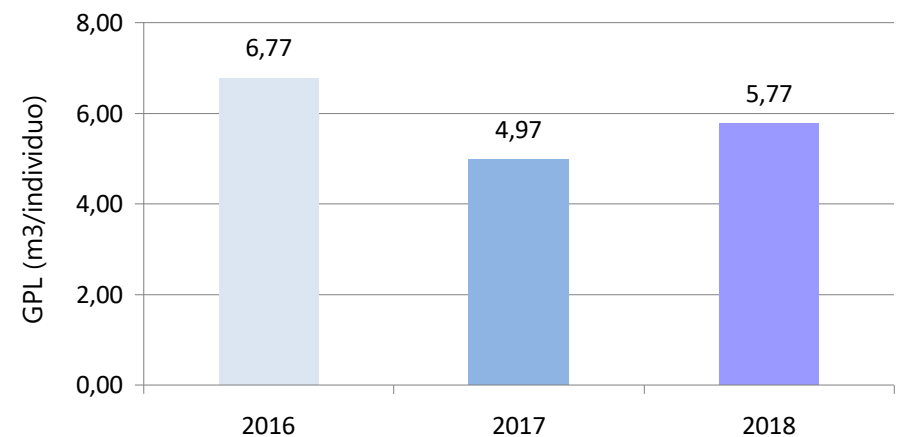


Gráfico 13 – Consumo anual de GPL por indivíduo

7.2.2.

Água

7.2.2.1.

Consumo de Água

A água para consumo abastecida provém de três furos situados dentro da Unidade, recaindo nesta a responsabilidade de assegurar a correta gestão da rede de abastecimento e garantir a qualidade da água distribuída.

A Base Aérea N.º5 tem vindo a desenvolver várias medidas que resultaram na redução do consumo de água nos últimos anos, tais como a forte sensibilização aos militares e civis que frequentam a unidade para uma utilização eficiente e responsável deste recurso e a instalação de um sistema de recolha de águas pluviais, proveniente dos telhados da Secção Cinófila, para a lavagem dos respetivos canis.

No entanto, dada a dimensão e a idade da rede de abastecimento, ocorrem, ao longo do ano, situações de difícil controlo, como as fugas e ruturas na rede, que contribuem negativamente para o desempenho ambiental

Ainda que os consumos de água apresentem, nos últimos anos, uma tendência de aumentar, em 2018, como se pode verificar nas seguintes figuras, devido aos trabalhos realizados ao nível do controlo de fugas na rede, verificou-se uma diminuição bastante significativa, correspondendo uma redução na ordem dos 45%.

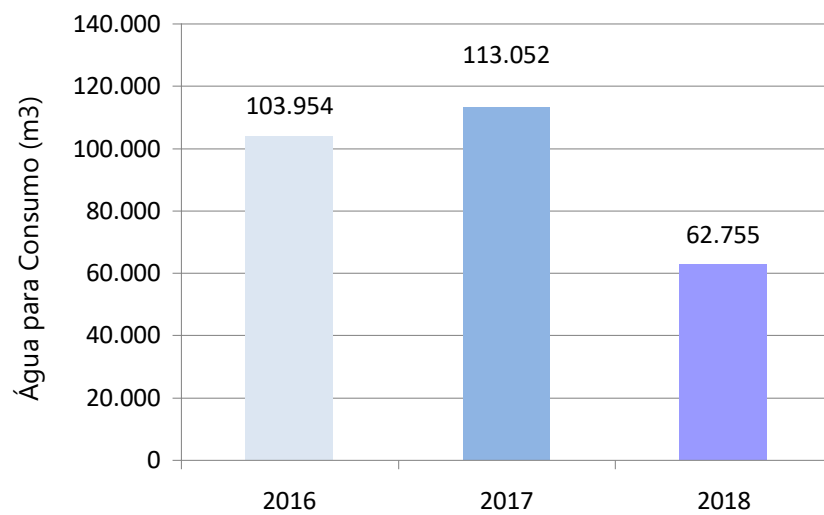


Gráfico 14 – Consumo anual de água

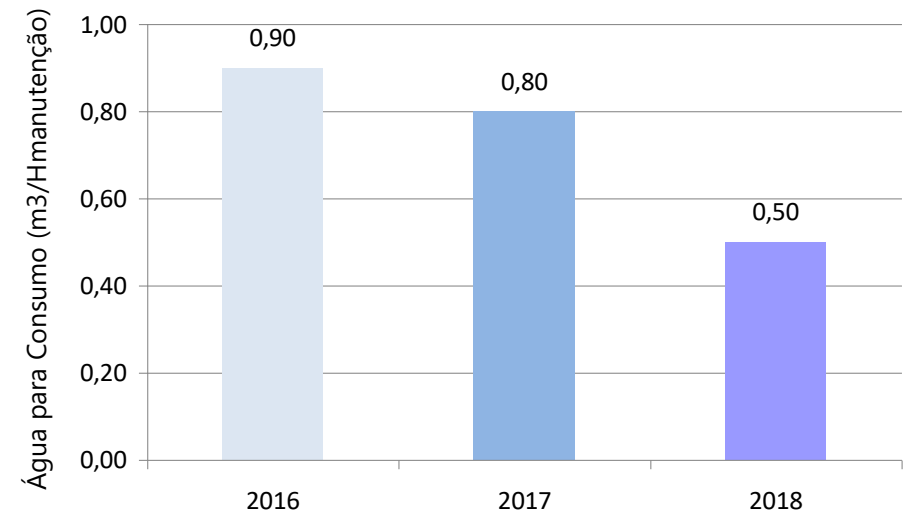


Gráfico 15 – Consumo anual de água por horas de manutenção

7.2.2.2.

Água Residual Tratada

A água residual produzida na Unidade é encaminhada para a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) localizada no interior da mesma. Esta água, que é conduzida até à entrada da ETAR, é composta, maioritariamente, por água residual doméstica e águas pluviais, nos meses de maior precipitação, sendo também composta por água proveniente das áreas operacionais da Unidade.

Desta forma, os valores deste indicador ambiental encontram-se condicionados pelos valores de precipitação local, pela densidade populacional presente na Unidade ao longo do ano e pelo volume de horas de trabalho nas mais diversas secções.

Contudo, apesar o aumento do número médio de indivíduos presentes na Unidade, constata-se que, no ano de 2018, houve uma redução considerável de produção anual de águas residuais.

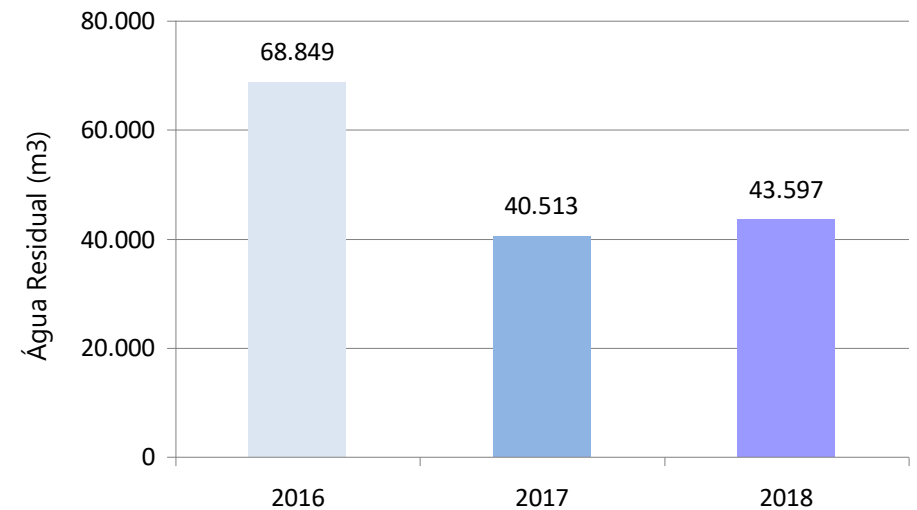


Gráfico 16 – Produção anual de água residual

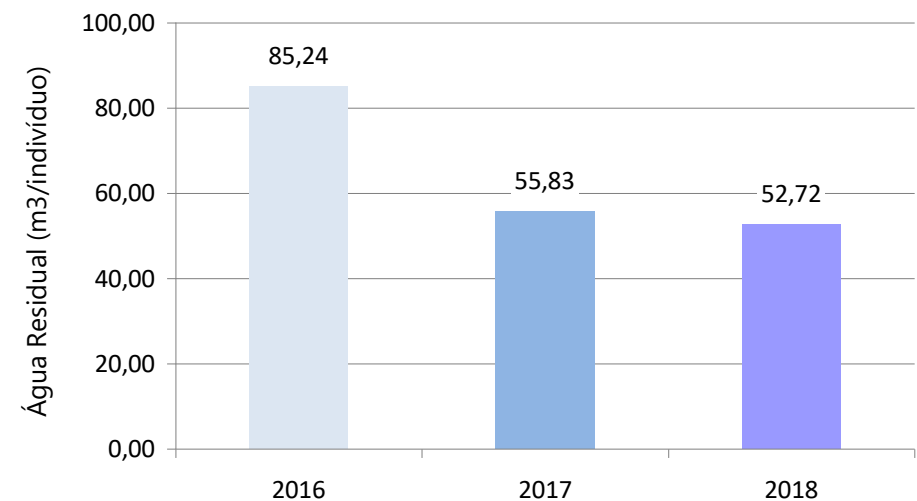


Gráfico 17 – Produção anual de água residual por horas de manutenção



7.2.3. Resíduos

Devido à diversidade das atividades desenvolvidas na Unidade, a tipologia dos resíduos produzidos corresponde a uma vasta gama, que compreende vários códigos da Lista Europeia de Resíduos (LER). No entanto estes podem ser divididos em resíduos sólidos urbanos (RSU) e em resíduos perigosos.

7.2.3.1. Resíduos Sólidos Urbanos

Os RSU, que passaram a ser geridos pela Unidade, foram contabilizados e registados ao longo do ano, tornando possível realizar uma análise comparativa de valores finais relativos a 2016 e 2017.

Através da análise dos gráficos é possível verificar que houve uma ligeira diminuição na produção de RSU, o que pode indicar que há uma melhor separação dos resíduos produzidos na Unidade, impedindo, desta forma, o encaminhamento de resíduos valorizáveis para aterro.

À semelhança de outros anos, também em 2018 a produção de RSU foi maior nos períodos em que a Unidade contou com a presença de mais pessoas, devido à maior afluência de visitantes e de participantes no âmbito do Dia de Defesa Nacional, bem como os períodos em que se registou um maior volume de horas de trabalho na área da manutenção e devido aos exercícios internacionais, nomeadamente o Winter Hide, que envolveu mais de 600 militares dinamarqueses e a U.S. Navy Passex Exercise, que compreendeu um universo de 160 militares norte americanos.

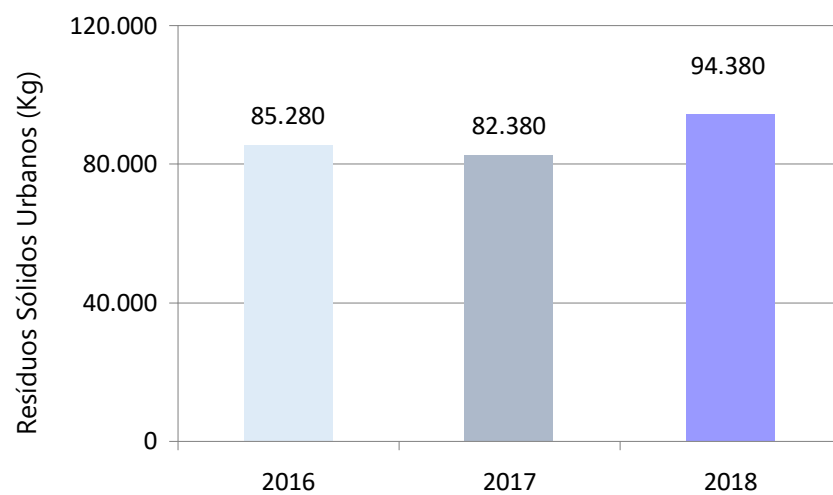


Gráfico 18 – Produção anual de resíduos sólidos urbanos

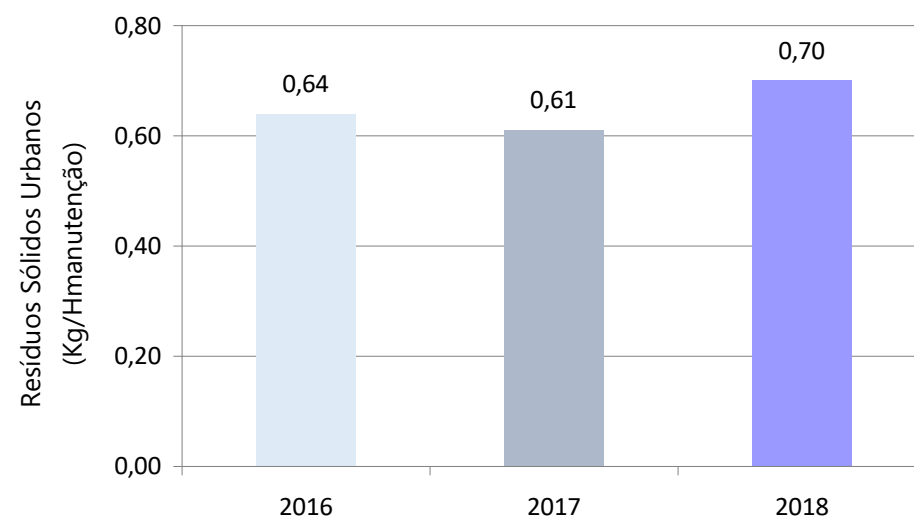


Gráfico 19 – Produção anual de resíduos sólidos urbanos por horas de manutenção

7.2.3.2.

Outros Resíduos

A produção dos resíduos de outros fluxos está associada ao volume de atividade realizado nas áreas de manutenção.

Contudo, ainda que o número de horas associadas à operação e manutenção, em 2018, seja ligeiramente inferior ao do ano anterior, nota-se um aumento significativo de produção destes resíduos.

A produção destes resíduos está associada ao volume de atividade realizada nas áreas de manutenção, no entanto, visto que o número de horas associadas à operação e manutenção, em 2018, manteve-se elevado, era esperado uma grande de produção destes resíduos.

É importante referir que fatores como o aumento de atividade operacional e, fundamentalmente, as ações de limpeza e manutenção dos depósitos de combustível para as aeronaves, que se registaram durante o ano de 2018, influenciaram os resultados deste indicador neste ano, uma vez que, comparando os números de 2017, verifica-se um aumento considerável (na ordem dos 75%).

Porém, este resultado contrasta com a aposta na reutilização e aproveitamento de materiais nas áreas de manutenção, provando a existência de uma política que permite promover mecanismos que incentivam a transformação de resíduos em novos produtos, através da inovação, reutilização, recuperação e reciclagem, conduzindo, desta forma, a um modelo circular de materiais.

É importante ainda referir que também os resíduos produzidos pelas forças armadas estrangeiras, no decorrer dos respetivos destacamentos, como foram os casos do Winter Hide, que envolveu mais de 600 militares dinamarqueses, bem como da U.S. Navy Passex Exercise, que compreendeu um universo de 160 militares norte americanos, são contemplados neste indicador.

Desta forma, dado o volume de atividade operacional associado a estes exercícios internacionais, que apresentam um papel fundamental na cooperação e partilha de experiência entre as diferentes nações, tornam-se compreensíveis os resultados obtidos.

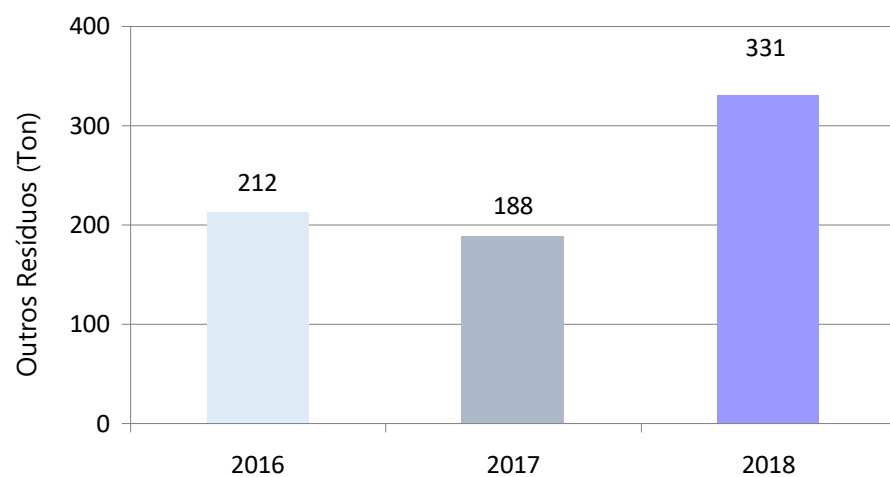


Gráfico 20 – Produção anual de outros resíduos

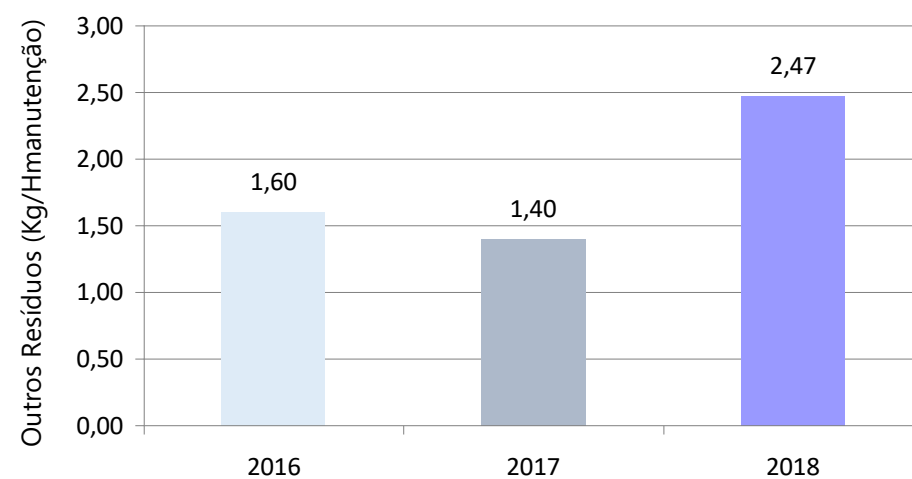


Gráfico 21 – Produção anual de outros resíduos por horas de manutenção

7.2.3.3.

Valorização de Resíduos

Quanto ao destino final da totalidade dos resíduos, é possível verificar que grande parte (cerca de 76%) é encaminhada para valorização e reutilização, sendo que, ainda assim, cerca de 28% é depositada em aterro (menos 2% que no ano anterior).

No entanto, tendo em conta estes números, torna-se importante referir que, devido ao tipo de missão atribuída à Unidade, grande parte da gestão de resíduos é vocacionada para materiais perigosos, o que apresenta várias implicações no que toca à sua valorização ou reutilização.

Por essa razão, tendo em conta que parte das ações que visam a correta gestão de resíduos devem ser implementadas na fase de redução e reutilização de materiais, a Unidade tem empenhado esforços neste sentido, havendo, em várias áreas, bons exemplos de reaproveitamento de materiais.

Tabela 6 – Resíduos encaminhados para eliminação

Designação	Código LER	Quantidade (Kg)
Operação de Eliminação D		
Outros ácidos.	060106(*)	65
Solventes, líquidos de lavagem	070703(*)	53
Resíduos de colas ou vedantes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas	080409(*)	136
Embalagens de metal, incluindo recipientes vazios sob pressões de metal	150111(*)	148
Resíduos orgânicos contendo substâncias perigosas	160305(*)	258
Resíduos de Hidrazina	160904(*)	1203
Resíduos líquidos aquosos contendo substâncias perigosas	161001(*)	51
Objectos cortantes e perfurantes (excepto 18 01 03)	180101	15,6
Resíduos cujas recolha e eliminação estão sujeitas a requisitos específicos tendo em vista a prevenção de infecções	180103(*)	81,2
Lamas do tratamento de águas residuais urbanas	190805(*)	13940
Carvão ativado usado	190904(*)	16
Resinas de permuta iónica, usadas ou saturadas	190905(*)	13
Outros resíduos urbanos e equiparados, incluindo misturas de resíduos	200301	94380

Tabela 7 – Resíduos encaminhados para valorização

Designação	Código LER	Quantidade (Kg)
Operação de Valorização R		
Resíduos de tintas e vernizes contendo solventes orgânicos ou outras substâncias perigosas	080111(*)	399
Óleos hidráulicos minerais não Clorados.	130110(*)	1105
Outros óleos de motores, transmissões e lubrificação	130208(*)	1643
Água com óleo proveniente dos separadores óleo/água	130507(*)	8860
Outros combustíveis (incluindo misturas)	130703(*)	2376
Outros solventes e misturas de solventes	140603(*)	183
Embalagens de madeira	150103	1000
Misturas de embalagens	150106	4500
Embalagens contaminadas por substâncias perigosas.	150110(*)	1636
Embalagens de metal, incluindo recipientes vazios sob pressão, com uma matriz porosa sólida perigosa	150111(*)	148
Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo não anteriormente especificados), panos de limpeza e vestuário de protecção, contaminados por substâncias perigosas.	150202(*)	2558
Absorventes, panos de limpeza e vestuário de protecção	150203	36
Pneus usados	160103	5120
Filtros de óleo	160107(*)	373
Metais ferrosos.	160117	201
Componentes retirados de equipamento fora de uso não abrangidos em 16 02 15	160216(*)	4164
Resíduos contendo hidrocarbonetos.	160708(*)	253132
Lamas do tratamento de águas residuais urbanas.	190805	13940
Mistura de gorduras e óleos, da separação óleo/água, contendo apenas óleos e gorduras alimentares	190809	3920
Papel e cartão	200101	1060
Óleos e gorduras alimentares	200125	350
Pilhas e acumuladores abrangidos em 16 06 01, 16 06 02 ou 16 06 03 e pilhas e acumuladores não triados contendo essas pilhas ou acumuladores.	200133(*)	331,7
Metais.	200140	19820

7.2.4.

Material

7.2.4.1.

Papel

Os consumos de papel na Unidade são relativos às quantidades requisitadas pelas diversas subunidades à Secção de Material de Expediente, Higiene, Proteção e Limpeza.

Várias foram as medidas de eficiência implementadas na Unidade nos últimos anos, como a obrigatoriedade de impressão frente e verso, a utilização preferencial do GroupWise (e-mail institucional) na comunicação ao invés do impresso escrito e a implementação de um sistema de correspondência digital.

No entanto, em 2018, não se verificou a diminuição do consumo deste recurso.

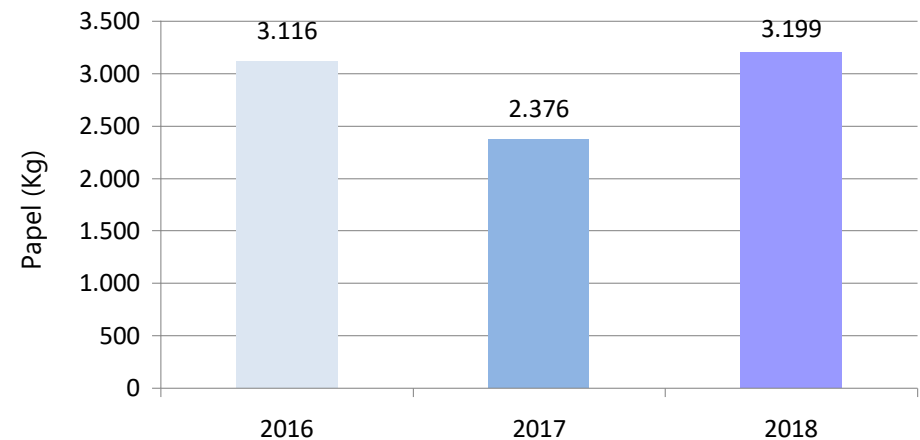


Gráfico 22 - Consumo anual de papel

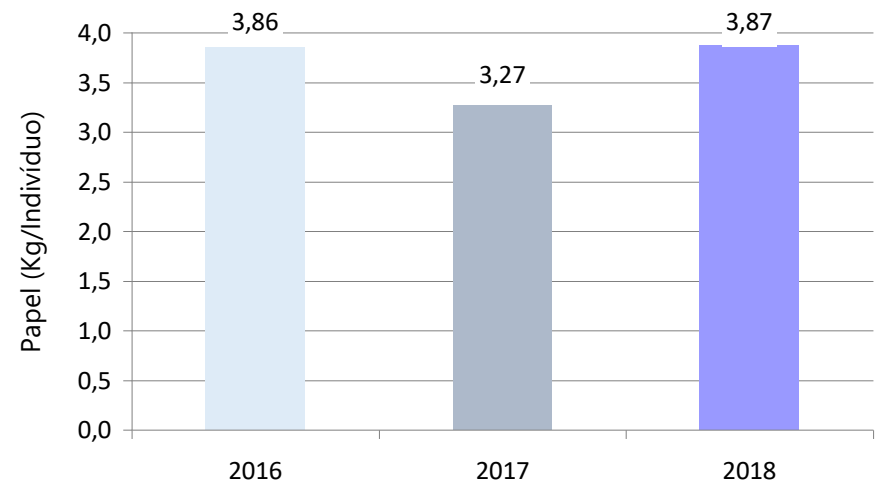


Gráfico 23 – Consumo anual de papel por indivíduo

7.2.4.2.

Consumíveis de Impressão

Visto que todas as áreas dependem de um processo administrativo, os consumíveis de impressão são utilizados quer nas áreas administrativas, como secretarias e gabinetes, como também nos processos de apoio à operacional, como nas áreas de formação e qualificação de militares.

Os consumos destes recursos dependem de diversas variáveis, sendo que se encontram associados, de forma mais evidente, ao volume de trabalho operacional.

Ainda que, nos últimos anos, tenham sido implementados alguns mecanismos de redução do desperdício destes recursos, aliados também à aposta da redução do papel, torna-se importante referir que grande parte destes materiais continua a ser consumido devido às exigências regulamentares que a Organização dispõe, nomeadamente ao nível de aprovações, delegações e autorizações de processos, que carecem impressão para validação superior.

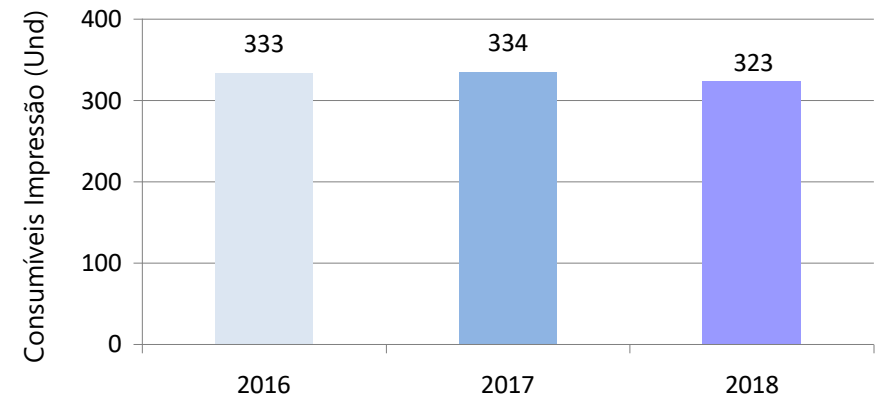


Gráfico 24 - Consumo anual de consumíveis de impressão

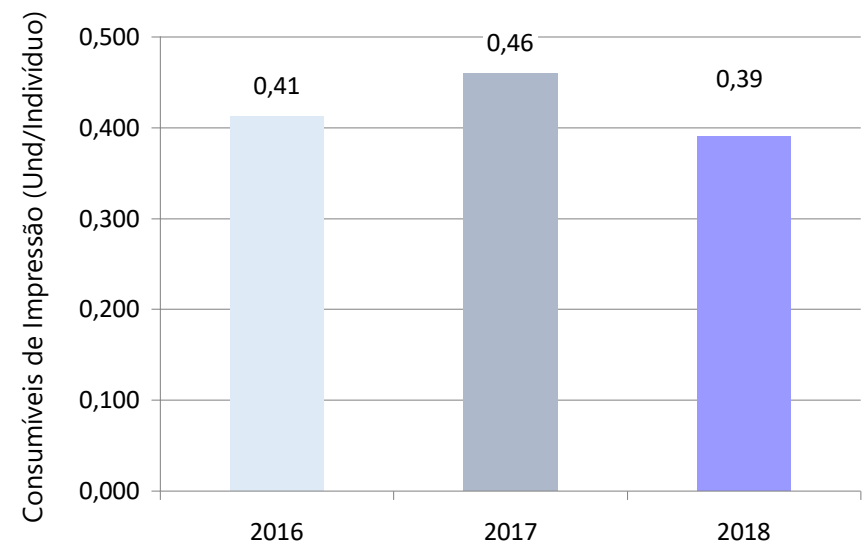


Gráfico 25 - Consumo anual de consumíveis por indivíduo

7.2.4.3.

Produtos Químicos

Os produtos químicos são utilizados tanto na área de apoio, nomeadamente nas ações de manutenção em infra-estruturas e equipamentos, bem como na área operacional, mais concretamente nas atividades de manutenção das aeronaves e equipamentos auxiliares.

Também na área de limpeza e higiene, bem como no tratamento de águas, são utilizados alguns produtos químicos.

A fim de cumprir com os requisitos legais, a Unidade monitoriza as quantidades de produtos químicos consumidos anualmente, essencialmente para a determinação de compostos orgânicos voláteis (COV).

À semelhança de outros indicadores ambientais, o consumo de produtos químicos está associado ao volume de horas da manutenção, visto que esta atividade influencia, de forma evidente, estes consumos.

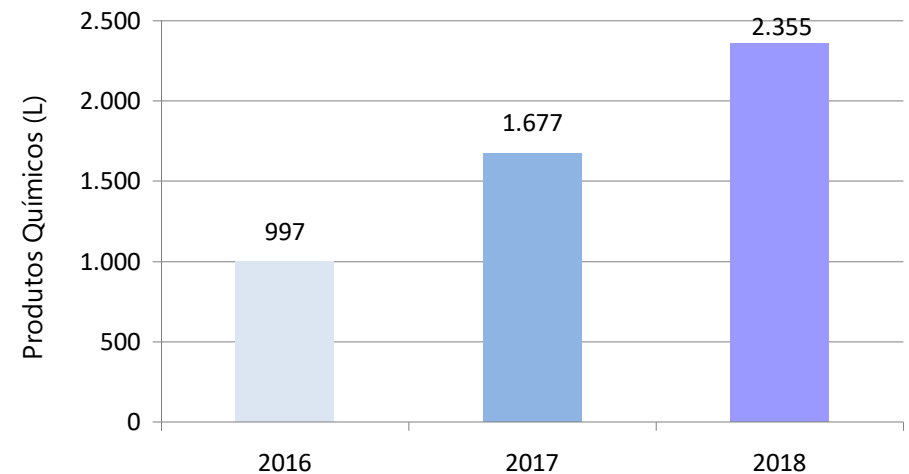


Gráfico 26 - Consumo anual de produtos químicos

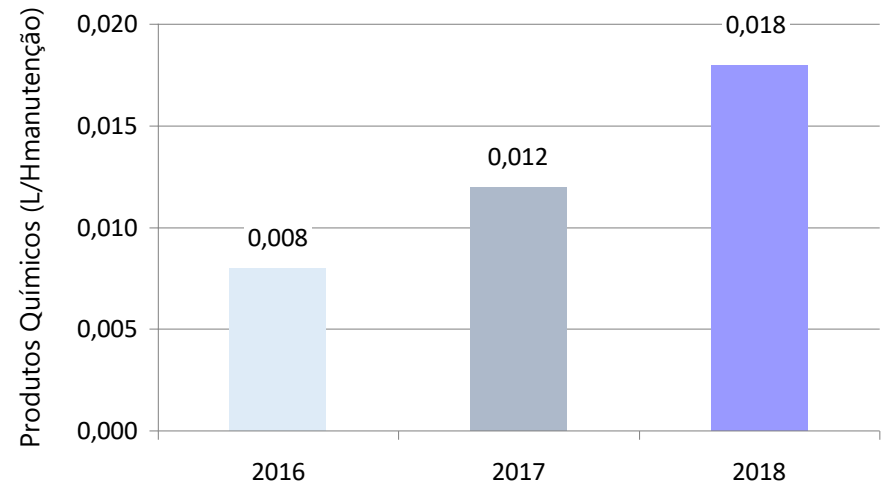


Gráfico 27 – Consumo anual de produtos químicos por horas de manutenção

7.2.4.4.

Material Têxtil

Visto que, segundo a regulamentação interna das forças armadas, todos os militares devem dispor de fardamento adequado para o respectivo serviço, existe uma gestão ao nível de material têxtil, que implica o consumo e o abate dos mesmos.

Esta gestão, efetuada pela Esquadra de Abastecimento, depende essencialmente do número de efetivos na Unidade, que fazem uso do fardamento militar.

Encontram-se contemplados todas as fardas militares, nomeadamente os camuflados, uniforme de serviço, calçado, bem como fatos e equipamentos de voo.

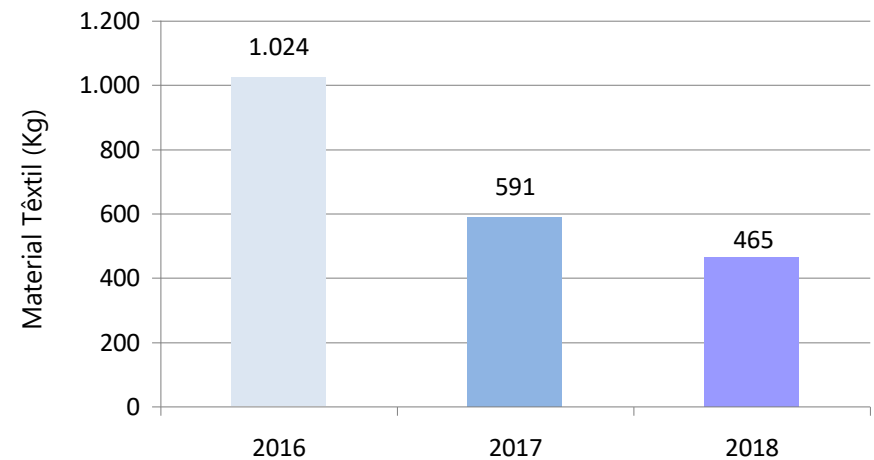


Gráfico 28 - Consumo anual de material têxtil

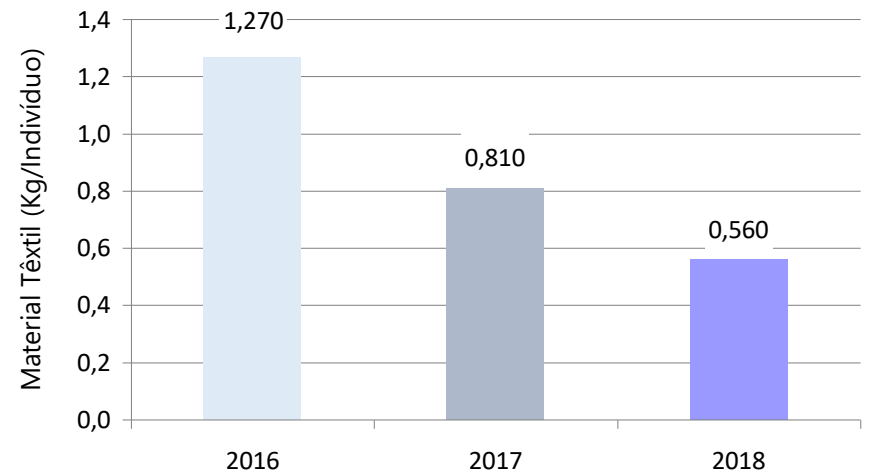


Gráfico 29- Consumo anual de material têxtil por indivíduo

7.2.5.

Emissões Totais Anuais

A emissão de GEE está relacionada com inúmeros fatores, muitos deles com impossibilidade momentânea de serem quantificadas.

O Gráfico 23 retrata os consumos da energia elétrica, gás natural, GPL, gásóleo e gasolina como fontes produtoras de GEE e foram quantificados com base no Despacho nº 17313 de 26 de junho de 2008.

Para este indicador não entra a contabilização dos consumos de JP8 (combustível das aeronaves F-16) por ser uma matéria considerada classificada. A produção de energia renovável foi considerada como fonte mitigadora de GEE.

Naturalmente, com a diminuição de alguns indicadores analisados anteriormente, seria esperado que também uma redução anual deste indicador, ainda que ligeira, como se pode verificar.

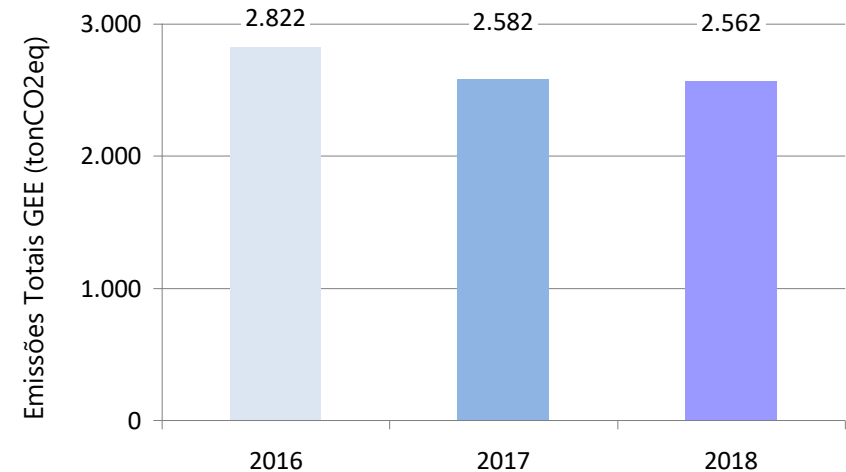


Gráfico 30 – Emissões Totais Anuais de GEE

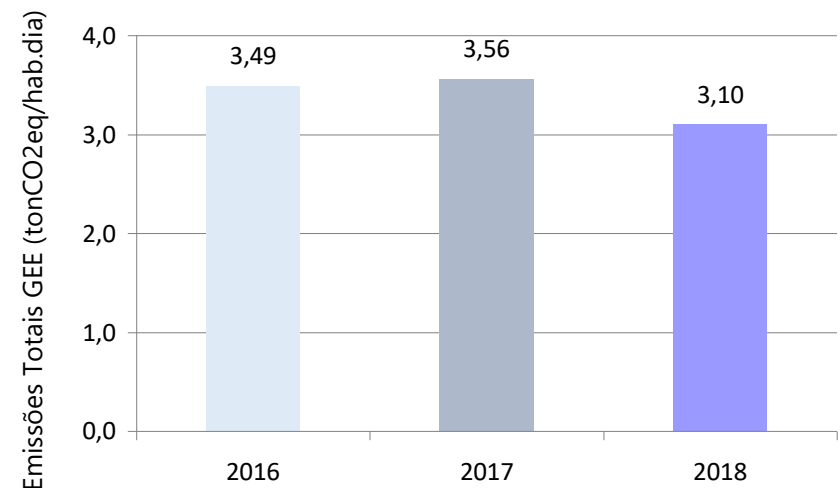


Gráfico 31 – Emissões totais anuais por indivíduo

7.2.6.

Utilização dos Solos

A utilização dos solos na Base Aérea N.º5, que compreende uma área total de 467,67 ha, pode ser dividida entre a área florestal (cerca de 42%), área de incultos (aproximadamente 31%) e área edificada (cerca de 27%).

Desta forma, considerando que a zona orientada para a natureza seja a área própria para o desenvolvimento e sustentação da fauna e flora presente na Unidade, esta compreende à atual área florestal, juntamente com as áreas previstas para futuras plantações e as zonas compostas por invasoras, correspondendo a um total de 209 ha (45% da área total da Unidade).

Da área florestal é possível referir que esta é composta por 162 ha de Pinheiro Bravo (cerca de 82% da área florestal), 2,5 ha de Pinheiro Manso (cerca de 1% da floresta), 0,44 ha de Eucalipto (0,1% da floresta) e 32 ha de uma zona de mistura de Pinheiro Bravo e Manso (7% da área Florestal).

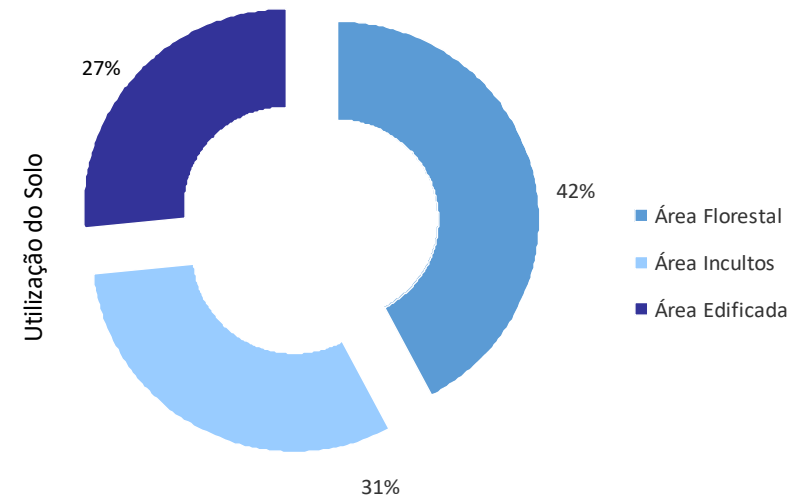


Gráfico 32 – Formas de utilização do solo

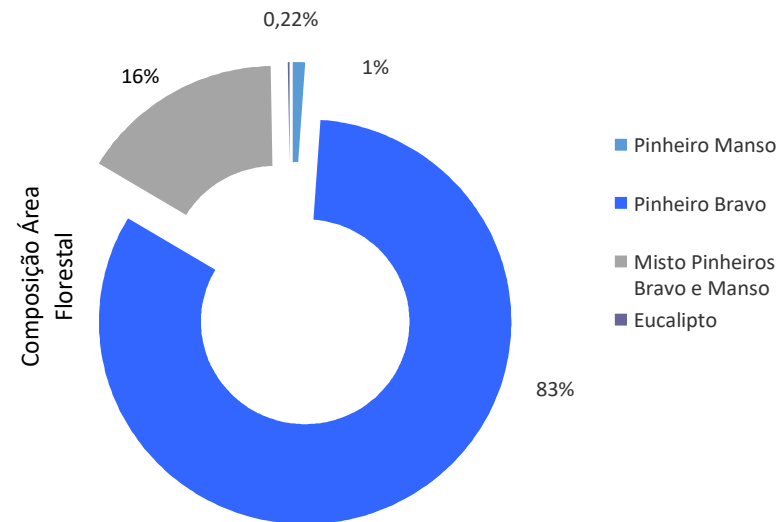


Gráfico 33 – Composição da área florestal

7.3

Indicadores Ambientais 2018

Tabela 8 – Resumos dos valores dos indicadores ambientais relativos a 2018

Descritores	Indicadores ambientais	Valores A 2018	Indicadores Desempenho	Valores B 2018	Unidades (A/B)	Valores R 2018
Energia	Consumo Energia Elétrica (kWh)	3.106.120	Horas de Manutenção	133.996	(kWh/h)	23,18
	Consumo de Diesel (L)	162.271	Número de Indivíduos	827	(L/ind)	196,22
	Consumo de Gasolina (L)	987	Número de Indivíduos	827	(L/ind)	1,19
	Consumo de Gás Natural (m³)	268.317	Horas de Manutenção	133.996	(m³/h)	2,00
	Consumo de GPL (m³)	4.774	Número de Indivíduos	827	(m³/ind)	5,77
Água	Consumo de Água (m³)	62.756	Horas de Manutenção	133.996	(m³/h)	0,50
	Água Residual Tratada (m³)	43.597	Número de Indivíduos	827	(m³/ind)	52,72
Resíduos	Resíduos Sólidos Urbanos (Kg)	92.880	Horas de Manutenção	133.996	(Kg/h)	0,69
	Outros Resíduos (Kg)	330.567	Horas de Manutenção	133.996	(Kg/h)	2,47
	Valorização Resíduos	322.655	Total Resíduos Produzidos	424.947	%	76
Material	Consumo de Papel (Kg)	3.199	Número de Indivíduos	827	(Kg/ind)	3,87
	Consumíveis de Impressão (Und)	323	Número de Indivíduos	827	(Kg/ind)	0,39
	Produtos Químicos (L)	2.355	Horas de Manutenção	133.996	(L/h)	0,018
	Material Têxtil (Kg)	465	Número de Indivíduos	827	(Kg/ind)	0,56
Utilização do Solo	Área Orientada para Natureza (ha)	209,4	Área Total do Solo	467,67	%	45
Emissão Total	Emissão Total de GEE (KgCO ₂ eq)	2.562	Número de Indivíduos	827	(KgCO ₂ eq/ind)	3,10



The background of the slide features a light blue sky with several flags. A prominent flag with a white circular emblem on a blue field is visible in the upper right. Below it, another flag is partially visible. A solid blue horizontal banner spans the width of the slide, containing the section title in white text.

8. REQUISITOS LEGAIS

8.1.

Principais Requisitos Legais

Atendendo às características próprias e à elevada variedade de atividades desenvolvidas, a Base Aérea N.º 5 assemelha-se a uma pequena cidade.

Este conjunto de atividades, que se encontra relacionado com os aspetos ambientais da Unidade, compreende, entre outras matérias, a gestão e abastecimento de água para consumo, bem como o saneamento e tratamento de águas residuais, a produção e distribuição dos vários tipos de energia, os serviços administrativos, de alojamentos e residências, a confeção e serviço de alimentação, o transporte de recursos humanos e de bens materiais, a prestação de serviços de saúde e de assistência e socorro, bem como as diversas atividades de manutenção em infraestruturas, armamento, equipamentos auxiliares e viaturas, aeronaves e espaços verdes.

Cada atividade acima descrita, apresenta uma componente ambiental associada, podendo influenciar o meio tanto de forma positiva como negativa.

Assim, as mesmas disposições legais aplicáveis à Unidade encontram-se representadas simultaneamente em diversas atividades, mas expressam-se de acordo com o serviço em questão.

No entanto, podem identificar-se isenções na legislação devido ao contexto militar previsto em alguns diplomas.

Apesar das isenções existentes, a Unidade encontra-se empenhada na aplicação dos esforços necessários com o intuito de cumprir com os requisitos legais ambientais dentro das suas possibilidades, sem comprometer o cumprimento da missão, a segurança do espaço aéreo nacional.

Tal como referenciado anteriormente, a listagem de documentação legal é extensa e a sua atualização faz parte do processo de registo do SGA, pelo que são apresentadas, de seguida, apenas as principais referências que tutelam a gestão ambiental na Unidade, o desempenho relativo à sua aplicação, bem como a conformidade face aos requisitos legais.

Tabela 9 – Principais requisitos legais aplicáveis à BA5

Descritores Ambientais	Principais requisitos aplicáveis	Conformidade Legal
Água para consumo humano	Autorização de captação Cumprimento dos volumes limite de captação Registos e comunicação a entidades competentes Taxa de Recursos Hídricos	Furo ACA24 -227/2008; Furo PS2 - 223/2008 Furo PS1 - A006662.2016.RH4 de 2016/05/24, aumento de captação Volumes limite de captação conformes. Comunicação à ARH. Pagamento conforme
Água residual tratada	Autorização de descarga Cumprimento Plano Monitorização Cumprimento Valores Limite de Descarga Registos e comunicação a entidades competentes	ETAR - licença L007038.2016.RH4 Fossa séptica do Hangar A (EMAE) com licença nº P007309.2016.RH04, Fossa séptica dos mísseis com licença nº P006836.2016.RH4 e 5 separadores de hidrocarbonetos com licenças nº: L006898.2016.RH4, L006891.2016.RH4, L006896.2016.RH4, L006863.2016.RH4, L006971.2016.RH4. Planos de monitorização, valores limite, registo e comunicação, realizados
Ar – Fontes Fixas	Cumprimento Planos de Monitorização Cumprimento Valores Limite de Emissão Aspetos construtivos das chaminés	Monitorização efetuada: Relatório nº LCA.208.224 de 05/09/2018 Valores limite conformes em 2018 Parecer da CCDR a 09/10/2018 a isentar 14 fontes de monitorização. Aguarda-se informação para a isenção das restantes 6 fontes. Construção conforme
Ar – ODS	Inventário Equipamentos Utilização de substâncias permitidas Verificação de fugas Qualificação Técnicos	RCO.04.05 Quantidades de ODS e Gases Fluorados. Conforme – R22, Fichas preenchidas Conforme, Certificado 3467/18-F-B
Ar – Gases Fluorados e refrigerantes	Inventário Equipamentos Verificação periódica de fugas Qualificação Técnicos	RCO.04.05 Formulário em SIRAPA nº 51291/2018 Certificado FLU1737 até 13/04/2022
Armazenamento de combustíveis. Petróleo e derivados	Licenciamento Verificações periódicas	Licenciamento SIINFRAS nº 125-229, 125-497, 125-213, 125-505, 125-507, 125-508 Verificações a 21/11/2018 pela Gascontrol, Controlo Ambiental e Pesquisa de Gases, Lda. (certificados nº OH163, OH164, OH165, OH166, OH167, OH168, OH169, OH170, OH171, OH172, OH173)
Equipamentos com Gases Criogénicos	Registo Autorização de funcionamento Licenciamento	Tanques Oxigénio: Instalação e autorização nº 014319/C e 014320/C Tanques Azoto: Instalação e autorização nº 014318/C e 014321/C Processos renovados a 28/02/2019
Resíduos de Embalagens	Responsabilidade na gestão dos resíduos	Separados e enviados para entidade licenciada VALORLIS

Descritores Ambientais	Principais requisitos aplicáveis	Conformidade Legal
Floresta	Plano de Gestão Florestal	Plano de Gestão Florestal revisto pela ACHAR – Associação de Agricultores de Charneca a 09/08/2018
Gestão de Resíduos - Industriais, Urbanos, Hospitalares, Pneus	Classificação dos resíduos Minimização / separação na origem Transporte Destino final autorizado Quantificação Registo e comunicação a entidades competentes (MIRR)	Transporte efetuado com e-GAR para operadores licenciados. Hospitalares - contrato com Cannon Hygiene EPR: Direção Saúde da FA Parques de Resíduos na Unidade, PATRI 1 e PATRI 2. Código APA – APA00079419. Submissão MIRR2018 01MAR2019
Pilhas e Acumuladores usados	Responsabilidade na gestão dos resíduos Destino final	Ecopilhas, APA00145489 Carmona, APA00039980 Emitidas e-GAR, operação R13
Óleos Usados	Responsabilidade na gestão dos resíduos Destino final	SOGILUB, acordo PROU N° 10099521, renovação do selo de Certificado Ecolub 2019 SISAV, APA00084057 Emitidas e-GAR, operação R09
Óleos Usados Alimentares	Responsabilidade na gestão dos resíduos Destino final	Oleotorres, APA00058814 Emitidas e-GAR, operação R13
REEE	Responsabilidade na gestão dos resíduos Destino final	Ecomais, APA00043500 Emitidas e-GAR, operação R13
Radiações eletromagnéticas	Plano Verificação	Plano elaborado anual apenas para Unidades que detêm estações de radiocomunicação em utilização (Base Aérea N°5 excluída). Verificação efetuada em 2015 em conformidade (Nota N°4565, de 18/02/2015, da DCSI)
Segurança Contra Incêndios	Plano Verificações periódicas extintores	Manual da Força Aérea – Sistema Integrado de Prevenção contra Incêndios Verificações em 2018 em conformidade Verificadores certificados n° 151.T.GFE.12 em 08/03/2018
Substâncias perigosas	Classificação, Embalagem e Rotulagem Fichas de Dados de Segurança	Fichas de Dados de Segurança em Português, excluindo as relativas aos produtos de aplicação exclusiva em aeronáutica e importados diretamente pela Organização militar.
PCB	Comunicação de equipamentos que contêm PCB	Efetuada ensaios através da DI aos equipamentos suscetíveis de possuírem PCB Ensaio realizado pela Greenlab – Gestão e Manutenção de Transformadores, Lda. Equipamentos livres de PCB (relatórios n.º LOI190420, LOI190421, LOI190422, LOI190423, LOI190424, LOI190425, LOI190426 de 05ABR2019).
Transporte de Matérias Perigosas	Viaturas Condutores Conselheiro Segurança	Viaturas inspecionadas e em conformidade. Condutores com licença ADR para combustíveis e explosivos. Conselheiro de segurança com certificado n° 684/2007 válido até 28/03/2020



9. PARTES INTERESSADAS

9.

Partes Interessadas

A comunicação é um ponto essencial na eficácia do SGA da BA5, uma vez que permite não só uma maior envolvimento dos militares e civis da Unidade, como também aumentar a consciencialização para as questões ambientais.

Esta preocupação permite à BA5 criar sinergias com as partes interessadas, indo ao encontro das suas expectativas.

Assim, são promovidas diversas atividades, formações e sensibilizações no domínio ambiental, que visam responder às necessidades de comunicação da Unidade e, por outro lado, asseguram a disponibilização de informação ao público.

A principal informação comunicada internamente é referente, de forma geral, à Política Ambiental, objetivos e metas, à atribuição de funções e responsabilidades ambientais, à divulgação dos requisitos de legislação

ambiental, à análise do desempenho ambiental, aos procedimentos relativos a tarefas que afetam aspetos ambientais significativos e aos principais riscos e procedimentos de resposta a emergências.

Este processo permite, não só, uma sensibilização junto do pessoal da Unidade e das partes interessadas, como também, por outro lado, viabiliza a implementação mais capaz de medidas de precaução face às ocorrências ambientais reportadas.

Para efetuar a comunicação destes temas, junto do pessoal dos vários setores da BA5, podem ser utilizados diversos métodos de comunicação, nomeadamente as reuniões, ações de formação, impressos de comunicação interna, artigos no jornal ou página da intranet, GroupWise, placards, cartazes, panfletos, caixas de sugestões e qualquer comunicação verbal.

A BA5 tem dado primazia à formação e sensibilização contínua dos seus trabalhadores, considerando que esta aposta é essencial para a melhoria do seu desempenho ambiental.

Desta forma, quer o GQA, na Unidade, quer os próprios DST&A, nas suas secções, em particular, têm a responsabilidade de realizar ações de sensibilização de cariz ambiental.

Além destas ações de sensibilização, são comunicados, com alguma frequência, informações ambientais, sempre que se considere pertinente.

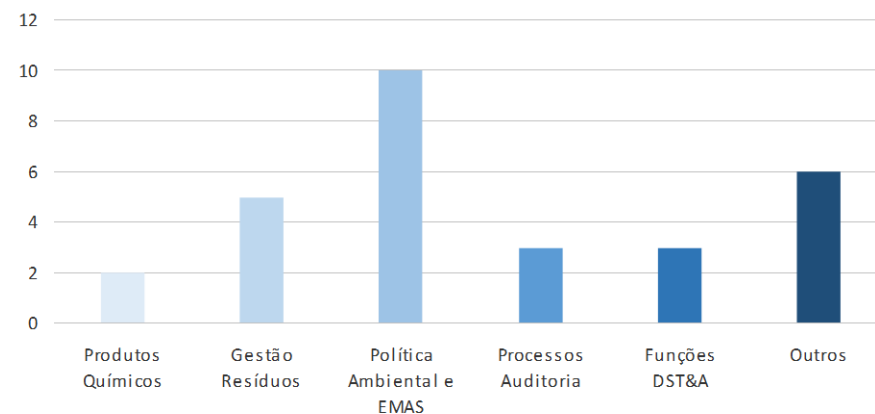


Gráfico 34 - Ações de sensibilização realizadas na BA5

Por outro lado, a BA5 tem vindo a desenvolver algumas outras atividades, de forma a assinalar os dias de maior importância ambiental.

Caso disso foi a comemoração do Dia Mundial da Árvore, em que, de modo a reforçar a importância desta data, a Unidade deu início à plantação, de pinheiro manso, dos 36 hectares que arderam em outubro de 2017, devolvendo, à sua floresta, a cor que tanto a caracteriza.

Do mesmo modo, também outras datas mereceram a atenção dos militares e civis da Unidade, através da sensibilização pelos meios de comunicação, seja por outras ações organizadas nas diversas áreas da base.



Imagem 1 – Comemoração do Dia da Árvore

No ano de 2018 celebrou-se o 10º Aniversário da criação da área do Ambiente na Base Aérea Nº5, enquanto gabinete de apoio ao comando da Unidade.

Nesta primeira década, marcada pela consagração de metas e objetivos que, até então, pareciam inatingíveis, muitos foram aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram, de forma determinada e exemplar, para o sucesso deste projeto.

Para assinalar esta importante data, militares e civis das diversas áreas da Unidade plantaram cerca de 2,3 hectares de pinheiro manso, contribuindo para a reflorestação e limpeza florestal da Unidade.



Imagem 2 - 10º Aniversário do Ambiente na BA5

Em 2018, tal como referido anteriormente, a BA5 contou com a presença de várias visitas, tanto no âmbito do Dia da Defesa Nacional, como também visitas de carácter pontual, como o Dia da Base Aberta, que permitiram a divulgação das ações ambientais desenvolvidas na Unidade, que corresponderam a um universo de mais de 32.000 pessoas ao longo do ano.

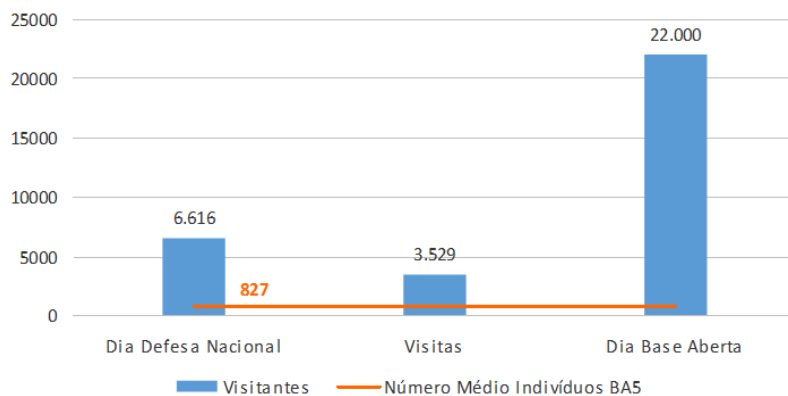


Gráfico 35 – Número de visitantes à BA5 em 2018

No Dia da Base Aberta, o GQA, juntamente com a Valorlis, entidade responsável pela valorização e tratamento de resíduos sólidos, realizou ainda um Eco-Evento, que consistiu, por um lado, na recolha e pesagem de resíduos do Ecoponto Amarelo (plástico/metal), para posterior pesagem e divulgação, bem como, por outro lado, numa sessão de workshops de sensibilização ambiental junto dos visitantes, promovendo as práticas de reciclagem.

Esta iniciativa, onde foi assumido o compromisso de reduzir o impacto ambiental resultante da mesma, através do envolvimento dos cerca de 22.000 visitantes neste compromisso, permitiu a promoção a gestão adequada dos resíduos resultantes, foram separados cerca de 1.400 kg de resíduos de embalagem.



Imagem 3 - Ecoevento no dia da Base Aberta

Ainda neste evento foi igualmente realizada, com o apoio da Luságua - Serviços Ambientais, S.A., a distribuição de água da torneira aos visitantes, em detrimento da água engarrafada, contribuindo para a redução do consumo de plástico no evento.

Aliada a esta ação, a Unidade contou ainda com o apoio do Continente, S.A., da cidade de Leiria, que forneceu copos de cartão para o consumo de água, reforçando a aposta na redução da produção de resíduos de plástico associadas ao evento.

Do mesmo modo, mantendo o objetivo de reduzir o consumo de recursos, a organização do evento comunicou a todos os participantes que, uma vez que seria distribuída água da torneira no espaço dedicado ao evento, estes poderiam trazer os seus próprios cantis.



Imagem 4- Distribuição de água no dia da Base Aberta

Com vista a reforçar a relação com a comunidade local, a BA5, em 2018, foi um dos parceiros estratégicos na iniciativa *"O Pinhal é a nossa bandeira"*, promovida pela *It's Happening! - Business Events* e por outras entidades privadas, em parceria com a autarquia da Marinha Grande, e Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF).

Este evento, que contou com um total de 150 militares da Base Aérea N.º5, ocasionou a plantação do talhão 256 do Pinhal de Leiria, com uma área de 32 hectares tendo este sido reflorestado com cerca de 67.500 pinheiros bravos. Este evento, fazendo jus ao seu nome, culminou com a formação da bandeira nacional no talhão reflorestado.



Imagem 5 - Pinheiros bravos utilizados na plantação do Pinhal do Rei



Imagem 6 - Voluntário da Ba5 no evento "O Pinhal é a nossa Bandeira"

Em 2018 decorreu a cerimónia de entrega do 24º Prémio Defesa Nacional e Ambiente, em que a Unidade concorreu, com o tema "EstratagEMAS". Esta distinção visa premiar a Organização que melhor contributo preste para o ambiente.

Ainda neste âmbito, a Base Aérea Nº5 foi uma das organizações distinguidas com o 21º Prémio Nacional de Ambiente, atribuído pela Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA).

Este prémio, concedido no âmbito do 28º Encontro Nacional de Associações de Defesa do Ambiente, visa agraciar as atividades e iniciativas ambientais que a Defesa Nacional foi desenvolvendo ao longo de quase três décadas.



Imagem 7 – Entrega do 21º Prémio Nacional de Ambiente

Dado o grau de inovação e complexidade na implementação do *EMAS* nesta Unidade, uma vez que foi a primeira Unidade de Defesa da União Europeia e do Espaço Económico Europeu a conseguir esta certificação, a BA5 recebeu ainda alguns convites para participar em conferências e palestras, como foram os casos da participação nas Jornadas do Ambiente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Politécnico de Leiria, bem como nas Jornadas do Ambiente da Força Aérea Portuguesa.

A comunicação com as partes interessadas, permite à BA5 demonstrar o seu desempenho relativamente ao ambiente e os principais desenvolvimentos do SGA. Os principais conteúdos de comunicação externa são a Política Ambiental, os principais aspetos ambientais e os dados sobre o desempenho ambiental, que se podem encontrar tanto nas Declarações Ambientais, como nos Relatórios de Sustentabilidade Ambiental.



Imagem 8 – Participação nas Jornadas do Ambiente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Politécnico de Leiria

A fim de avaliar as atividades desenvolvidas no GQA, foram elaborados e divulgados questionários, junto de todas as partes interessadas, nomeadamente os militares e civis da Unidade, bem como as restantes entidades, organizações e pessoas.

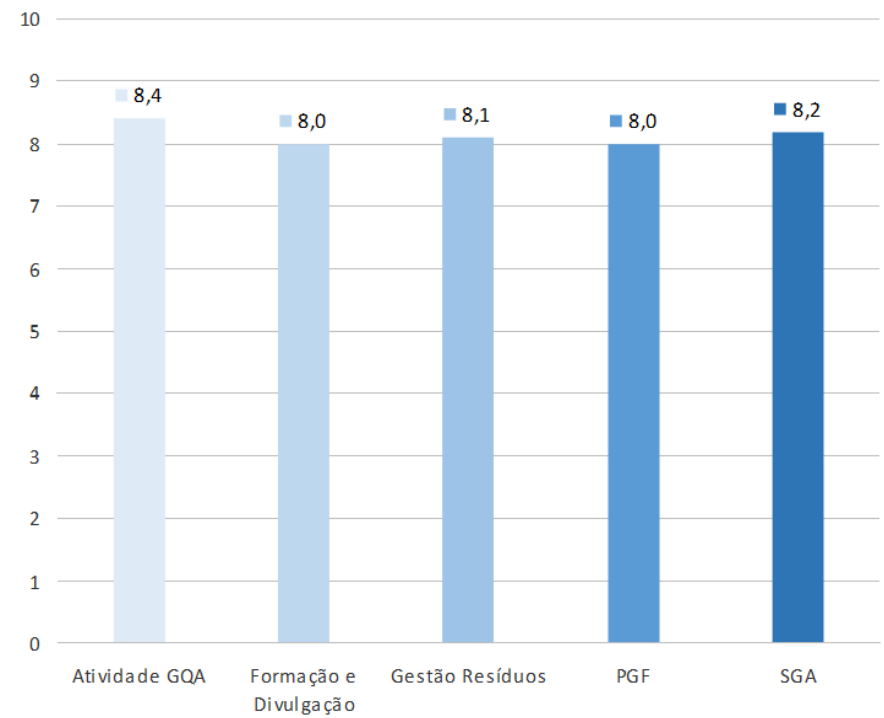


Gráfico 36- Avaliação dos militares e civis à atividade do GQA

Os resultados destes questionários revelam que as partes interessadas avaliam positivamente o trabalho do GQA, com uma média superior a 8 valores em 10, havendo, porém, alguma margem de melhoria, uma vez que um dos pilares do SGA da Unidade, indo ao encontro dos requisitos da certificação EMAS, é, precisamente, a melhoria contínua.

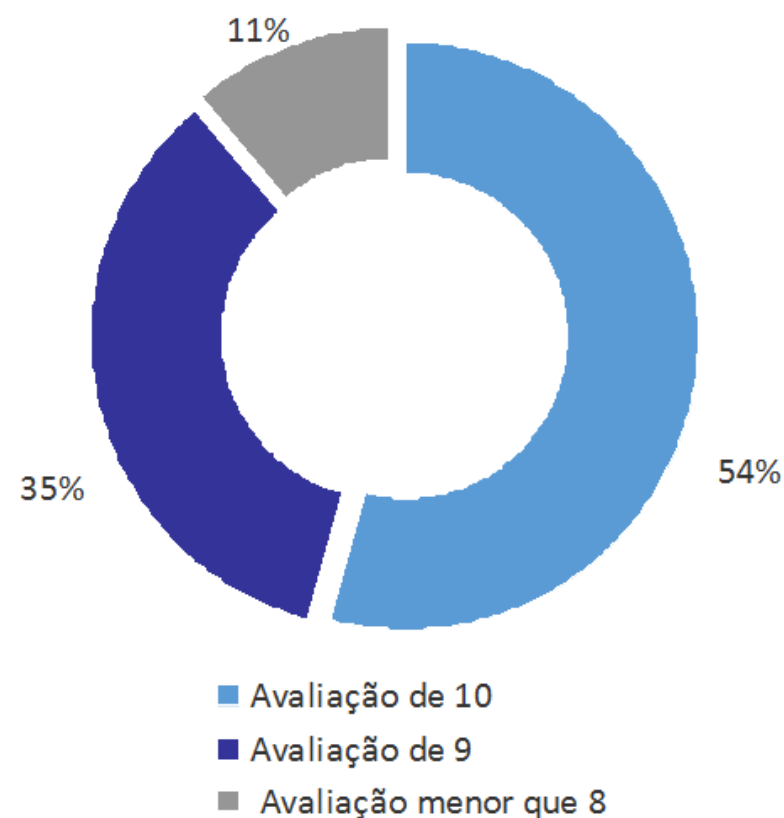


Gráfico 37 - Avaliação das partes interessadas à atividade do GQA



10. VERIFICADOR AMBIENTAL



A APCER - Associação Portuguesa de Certificação, com o número de registo de verificador ambiental EMAS PT-V-0001 acreditado para o âmbito Actividades de defesa (Código NACE 84.22), que compreende as atividades desenvolvidas na Base Aérea N.º 5 para a produção de horas de voo, entre as quais a manutenção de aeronaves, de viaturas e equipamentos auxiliares, declara ter verificado se o local de atividade, tal como indicado na declaração ambiental, da organização

Base Aérea nº5
Serra Porto de Urso
2425-022 Monte Real

com o número de registo **PT-000115**, cumpre todos os requisitos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, alterado pelo Regulamento (UE) 2017/1505, de 28 de agosto, que permite a participação voluntária de organizações num Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS).

Assinando a presente declaração, declaro que:

- A verificação e a validação foram realizadas no pleno respeito dos requisitos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, na sua atual redação;
- O resultado da verificação e validação confirma que não existem indícios do não cumprimento dos requisitos legais aplicáveis em matéria de ambiente;
- Os dados e informações contidos na declaração ambiental, do local de atividade refletem a imagem fiável, credível e correta de todas as atividades do local de atividade, no âmbito mencionado na declaração ambiental.

O presente documento não é equivalente ao registo EMAS. O registo EMAS só pode ser concedido por um organismo competente ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1221/2009, na sua atual redação. O presente documento não deve ser utilizado como documento autónomo de comunicação ao público

Feito no Porto, em 28 de junho de 2019

José Leitão
CEO

Maria Helena Pereira
Verificador



BASE AÉREA Nº5
MONTE REAL



DECLARAÇÃO AMBIENTAL 2018

REFERENTE AO PERÍODO DE 01JAN16 A 31DEZ18

ANO DE PUBLICAÇÃO: 2019